

ATA 01/2016
Reunião Ordinária de 26 de fevereiro de 2016

ATA 01/2016
Reunião Ordinária de 26 de fevereiro de 2016

Início da sessão: 21,10 horas

Términos da sessão: 24,30 horas

Membros que compareceram à sessão:

José Manuel Dias Custódio	E os Senhores Presidentes das Juntas de
Carlos Manuel Dionísio Santos (substituiu Ana Maria	Freguesia de:
Teodoro Jorge)	
António Alberto de Carvalho Santos	União de Freguesias Lourinhã e Atalaia:
Teresa Maria Farto Faria de Sousa	Pedro Manuel Marques Margarido
José António da Costa Tomé	União de Freguesias de Miragaia e Marteleira:
José Celestino Arnaut Monroy	Edgar Ferreira dos Santos
Júlia Maria Fernandes Alfaiate	União de Freguesias de São Bartolomeu dos
Joaquim Simões dos Santos	Galegos e Moledo:
João José Dias Ferreira	Zita Maria Leitão da Silva
Paula Cristina dos Santos Andrade da Silva Teixeira Marinho	Moita dos Ferreiros:
Mário Ferreira Gonçalves	Maria do Rosário Prazeres Silva Bento
Duarte Nuno Neto Gonçalves	Reguengo Grande:
Helena Maria Rodrigo Máximo da Costa	Vítor Jorge Henriques Príncipe
Jorge Augusto Farto Faria de Sousa	Ribamar:
Luis António Marteleira Marques	Pedro Alexandre Rato
Ana Catarina Bernardo Amaro Caxaria	Santa Bárbara:
José Manuel Levy da Silva Soeiro	Sérgio Dionísio Costa Ferreira
Alexandre Manuel de Jesus Maurício	Vimeiro:
Maria Filomena de Jesus Miranda Frade	Rui Miguel Martins Santos

ATA 01/2016
Reunião Ordinária de 26 de fevereiro de 2016

-----**ABERTURA DA ACTA**-----

----- Aos 26 dias do mês de fevereiro do ano de 2016, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município de Lourinhã, pelas 21,00 horas, reuniu a Assembleia Municipal de Lourinhã, em sessão ordinária, anunciada a todos os membros da Assembleia Municipal.

Estiveram presentes os membros da Assembleia Municipal: José Manuel Dias Custódio, Carlos Manuel Dionísio dos Santos (substituiu Ana Maria Teodoro Jorge), António Alberto de Carvalho Santos, Teresa Maria Farto Faria de Sousa, José António da Costa Tomé, José Celestino Arnaut Monroy, Júlia Maria Fernandes Alfaiate, Joaquim Simões dos Santos, João José Dias Ferreira, Paula Cristina dos Santos Andrade da Silva Teixeira Marinho, Mário Ferreira Gonçalves, Duarte Nuno Neto Gonçalves, Helena Maria Rodrigo Máximo da Costa, Jorge Augusto Farto Faria de Sousa, Luis António Marteleira Marques, Ana Catarina Bernardo Amaro Caxaria, José Manuel Levy da Silva Soeiro, Alexandre Manuel de Jesus Maurício e Maria Filomena de Jesus Miranda Frade.

E os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de:

União de Freguesias Lourinhã e Atalaia: Pedro Manuel Marques Margarido; **União de Freguesias de Miragaia e Marteleira:** Edgar Ferreira dos Santos; **União de Freguesias de São Bartolomeu dos Galegos e Moledo:** Zita Maria Leitão da Silva; **Moita dos Ferreiros:** Maria do Rosário Prazeres Silva Bento; **Reguengo Grande:** Vítor Jorge Henriques Príncipe; **Ribamar:** Pedro Alexandre Rato; **Santa Bárbara:** Sérgio Dionísio Costa Ferreira e **Vimeiro:** Rui Miguel Martins Santos.

Pela Câmara Municipal da Lourinhã estiveram presentes: Sr. Presidente da Câmara, João Duarte Anastácio de Carvalho, e os Srs. Vereadores Hernâni Santos, Fernando Oliveira, Carla Custódio, Vanda Oliveira e Vital do Rosário.

Verificada a existência de quórum, foi aberta a sessão quando eram vinte e uma horas e dez minutos.

SUBSTITUIÇÃO DE MEMBROS: Carlos Manuel Dionísio dos Santos substituiu Ana Maria Teodoro Jorge

FALTAS JUSTIFICADAS: Nuno Ricardo Ribeiro de Carvalho de Azevedo Sampaio.

CORRESPONDÊNCIA: O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** deu conhecimento da seguinte correspondência:

ATA 01/2016
Reunião Ordinária de 26 de fevereiro de 2016

REGISTO DE ENTRADA Nº:	ENTIDADE:	ASSUNTO:
ANO DE 2015		
140/2015	VANDA CRISTINA MOITA GOUVEIA OLIVEIRA	Ausência na sessão da Assembleia Municipal de 18/12/2015 (substituída por Sérgio Fontes)
141/2015	JUNTA DE FREGUESIA DE RIBAMAR	Presidente da Junta de Freguesia comunica a sua ausência da Junta de freguesia
142/2015	CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ	Convite para a sessão de apresentação do Orçamento Participativo da Lourinhã de 2016 (06/01/2016)
ANO DE 2016		
01/2016	ASSOCIAÇÃO MUSICAL E ARTÍSTICA LOURINHANENSE	Convite para as comemorações do 138.º Aniversário da Banda da A.M.A.L. e para Lançamento do Livro "História da Banda da Lourinhã" (17/01/2016)
02/2016	LOURAMBI	Convite para Colóquio sobre Ambiente (12/02/2016)
03/2016	OESTECIM	Envio de Edital. Marcação da sessão ordinária da Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Oeste no dia 22/04/2016.
04/2016	ANMP	Reunião do Conselho Geral da ANMP de 23/02/2016 / Envio de Convocatória e Ordem de Trabalhos.
05/2016	CENTRO SOCIAL DE ABELHEIRA	Convite para almoço convívio do aniversário do Centro Social (28/02/2015)
06/2016	CPCJ LOURINHÃ	Remessa de Relatório de Atividades de 2015.
07/2016	CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ	Convite para Seminário: "A importância do cidadão enquanto Agente de Proteção Civil" (01/03/2016).

Foi transmitido ainda que a correspondência estava à disposição dos Membros, numa pasta e, posteriormente, no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal.

Constituição da Mesa da Assembleia: Presidente: José Manuel Dias Custódio; 1º Secretário: António Alberto de Carvalho Santos e 2º Secretário: Júlia Maria Fernandes Alfaiate.

ATAS APROVADAS: A Assembleia deliberou: 1.º - Aprovar, por maioria, o texto da **Ata nº 05 de 25.09.2015**. Os membros António Alberto de Carvalho Santos, Helena Maria Rodrigo Máximo da Costa e Alexandre Manuel de Jesus Maurício abstiveram-se dado que não estiveram

ATA 01/2016
Reunião Ordinária de 26 de fevereiro de 2016

presentes na sessão da assembleia de 25.09.2015; **2º** - Aprovar o texto da **Ata nº 06 de 26.11.2015**. A membro Teresa Maria Farto Faria de Sousa absteve-se dado que não esteve presente na sessão da assembleia de 26.11.2015.

O Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** referiu que antes de dar início ao período da Antes da Ordem do Dia pretendia apresentar 2 assuntos. Portanto, a Mesa rececionou, por parte do Órgão Executivo, uma proposta que visa contratar um empréstimo a curto prazo, no montante de 900.000,00 €. Deste modo, pediu à Assembleia Municipal que o respetivo assunto fosse admitido na Ordem de Trabalhos da presente sessão como Extra-Agenda. A Assembleia aprovou, por unanimidade, admitir a aludida proposta em extra-agenda como **PONTO XI – Proposta 08**. O segundo assunto tem a ver com o **PONTO VI – Proposta 04 – Discussão e votação da proposta relativa ao “Reconhecimento de Interesse Público municipal para regularização de exploração de inertes_expansão / Barranca – Sociedade Britas, Ld.ª”**. Portanto, este processo vem à Assembleia Municipal depois de ter passado pela Câmara no seguimento de uma legislação que permite legalizar algumas situações até 30.12.2015. Nesse contexto, a empresa Barranca – Sociedade Britas, Ld.ª apresentou um pedido dessa natureza. Todavia, no pedido constavam expressões que não correspondiam ao Concelho da Lourinhã, tais como: “Alcobaça” ou “Ourém”. Também o processo não se encontrava completo porque faltavam os mapas anexos. Posteriormente, e há poucos dias foram apresentados esses documentos, assim como uma nova redação que retira as expressões que indicou e que não deveriam constar do processo. É certo e sabido que o que conta para esta legalização é a data de entrada do processo na Câmara e o respetivo processo deu entrada no dia 29.12.2015. Assim sendo, tanto faz ser votado hoje como ser votado no mês de abril. Por outro lado, a ANMP já informou que o governo irá prorrogar este prazo por mais 6 meses, embora ainda não tenha formalizado. Por isso, não existe qualquer problema para que esta situação seja agendada para a sessão que ir-se-á realizar durante o mês de abril de 2016, até porque é importante que esta matéria seja devidamente verificada pelos serviços da Câmara a fim de enquadrar devidamente este processo de acordo com a lei. Deste modo, a Mesa entende que esta Proposta deve vir à sessão de abril com todos os documentos que foram agora apresentados.

-----**PERÍODO DA ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

INTERVENÇÃO DOS MEMBROS:

José Soeiro:

Após ter apresentado os seus cumprimentos, começou por referir que o grupo de trabalho do Planalto das Cesaredas parece que entrou em hibernação e é bom que saia. Portanto, a matéria em causa tem a ver com o Moledo, mais concretamente, esta aldeia foi visitada pela GNR ligada ao ambiente (SEPNA). Um dos problemas que grupo de trabalho abordou foi, precisamente, a Ribeira de São Domingos e na altura tentou atribuir responsabilidades pela situação da referida Ribeira à população da freguesia. Necessariamente a população da freguesia não tem nada a ver com o saneamento, porquanto, as pessoas compram as casas e partem do princípio que o saneamento está regularizado. Agora esta situação do Moledo levantou outra questão (com o apoio do Ministro-adjunto do atual governo) nomeadamente, até que ponto valeu para o concelho a União das Freguesias. Isto porque, os territórios não podem ser geridos em part-time nem sob a forma de voluntariado. Os territórios exigem demasiado para quem está à frente das freguesias, pois terão que se dispersar e, porventura, não existe capacidade presencial para dar resposta aos problemas que essas freguesias têm. Portanto, comunica, desde já, que irá apresentar oportunamente uma proposta, como membro da CDU, para se fazer um balanço dos resultados das uniões de freguesias, analisar a situação com os fregueses e propor a reversão das uniões das freguesias, caso se verifique o interesse das populações nesse sentido, ao invés de se continuar com a situação atual. A própria União de Freguesias de Lourinhã e Atalaia, pela sua dimensão e diversidade das populações, face às situações que têm que dar resposta, parece estar desajustada a um correto desenvolvimento local, isto de acordo com o que está previsto no próprio programa do governo. Outra questão e a propósito do ponto que foi apresentado para um novo empréstimo, embora seja discutido na altura própria, mas, desde já, quer fazer uma chamada de atenção e pretende colocar algumas questões ao executivo, nomeadamente, qual a valorização que fazem ao fundo de apoio municipal, dado que a 3.ª fase prevista na lei não é cumprida? Qual a posição relativamente ao IVA dos transportes e das refeições escolares? Quando se verificou uma diminuição do IVA na restauração e até que ponto é que não se tem que analisar as taxas, designadamente, audiovisual no que diz respeito à iluminação pública? Porque parece totalmente desproporcionado e descabido que se esteja a pagar taxas de audiovisual no que diz respeito aos cemitérios ou semáforos. Portanto, existem aqui questões que, para além de serem de ordem política, são de ordem financeira e deveriam ser analisadas com a tutela, dado que não

ATA 01/2016
Reunião Ordinária de 26 de fevereiro de 2016

tem cabimento o pagamento da taxa de audiovisual, por exemplo, ao nível dos cemitérios, porque as pessoas falecidas não vêm televisão. Relativamente ao pessoal que trabalha na autarquia, coloca a seguinte questão: quais são as medidas que vão ser tomadas, face ao compromisso que existe para acabar com a precaridade no emprego. Sabem que à custa do subsídio do desemprego muitos trabalhadores pagaram com o seu subsídio o seu posto de trabalho.

Paula Marinho:

Após ter apresentado os seus cumprimentos, referiu que, em relação ao Planalto das Cesaredas, a bancada do CDS-PP considera que esta matéria, apesar das palavras simpáticas que vão sendo ditas aqui e ali, não está a ser encarada de forma séria pelo Executivo, pelos seguintes motivos: **1.º** - No documento estratégico e de ação do Executivo, como são as Grandes Opções do Plano (GOP), o tema do Planalto das Cesaredas aparece apenas duas vezes, a saber: na secção do Planeamento, Ordenamento do Território, Ambiente e Gestão Urbanística. Se a primeira referência é de circunstância (pg.24), a segunda (pg.25) refere, e passa a citar: *“no ano 2016 serão iniciadas e implementadas ações que se prendem com o aproveitamento das vastas oportunidades de carácter estratégico, como reforço das políticas camarárias no âmbito da implementação do plano diretor municipal, destacando-se: Concertação e articulação entre as políticas de ordenamento, transporte e gestão de recursos naturais entre os municípios vizinhos, particularmente a articulação da rede viária com o concelho de Torres Vedras e da estratégia para o Planalto das Cesaredas)”*. Assim, referiu que a bancada do CDS-PP gostaria que o Sr. Presidente da Câmara explicasse a esta Assembleia que estratégia é esta para o Planalto das Cesaredas. **2.º** - Se consultarem o orçamento para 2016, e à semelhança do que acontece para outros projetos como é o caso da “Proteção Civil e luta contra incêndios” ou do projeto “Viver e Aprender – Formação e Educação de e para Adultos”, não veem qualquer rúbrica associada à estratégia do Planalto das Cesaredas, ou seja, parece-lhes que têm uma estratégia muito pouco pensada, onde as palavras simpáticas não têm qualquer relação com a realidade. Desta forma, perguntou: O Sr. Presidente da Câmara pode aclarar que valor o seu Executivo definiu para esta estratégia do Planalto? **3.º** - Como todos sabem a Associação dos Amigos do Planalto das Cesaredas é a entidade promotora do projeto intermunicipal (Lourinhã, Óbidos, Peniche, Bombarral) intitulado “Valorização e Preservação do Património Natural do Planalto das Cesaredas”, com um financiamento para 2016 de 212.500,00€ (85%), para um valor total de projeto de 250.000,00€. Pelas contas que fizeram cada Município envolvido deveria ter inscrito no seu orçamento uma

ATA 01/2016
Reunião Ordinária de 26 de fevereiro de 2016

rúbrica associada ao projeto, com uma verba perto dos 10.000,00€, para que o projeto possa ser financiado e assim concretizado, sob pena de terem de fazer alterações orçamentais por mera incompetência ou simplesmente do projeto não se concretizar. Parece-lhes, de facto, que mais um ano vai passar sem que os problemas do Planalto das Cesaredas e das suas gentes sejam encarados de forma séria e assertiva. Referiu que também gostaria de abordar um outro assunto que se prende com os Moinhos vs Unesco. Portanto, o CDS-PP teve conhecimento de que uma família de moleiros enviou convites a todos os partidos na Assembleia da República (a fim de, e muito bem no entender desta bancada, não ficar conotado com nenhum partido em particular) para virem visitar o moinho conhecido por “Moinho do Boneco”, onde manifestaram o seu desejo de que se apresentasse uma proposta à UNESCO, no sentido dos moinhos serem considerados como património material da humanidade. O CDS-PP da Lourinhã foi informado por via do seu grupo parlamentar que iria enviar um dos seus vice-presidentes. E, de facto assim foi. Têm muito orgulho em saber que foram os primeiros a dizer “PRESENTE” com a presença do Deputado Mota Soares numa visita ao moinho no passado dia 11 de janeiro, onde recebeu um manifesto explicativo das intenções deste projeto. Ao verem que este é um tema que, obviamente, suscita muito interesse e com o intuito de lhe dar a visibilidade necessária, sugeriram à respetiva família que o apresentasse à Dr.^a Assunção Cristas quando a mesma se deslocou à Lourinhã no passado dia 29 de janeiro, o que também fizeram. Sabem que as candidaturas à Unesco só podem ser feitas por associações ou entidades públicas e já se aperceberam que esta matéria já está a suscitar interesse por parte de Torres Vedras, Cadaval e Bombarral. E, só para que se saiba, o vice-presidente da Câmara do Bombarral também já marcou presença no Moinho, pensam que também a pedido do grupo parlamentar do PSD. Os moinhos de vento são sem dúvida o ícone da zona oeste, se bem que existam por todo o país. Não há folheto turístico que não os inclua, não há paisagem em que não gostem de os contemplar, tal é a marca distintiva na matriz social e económica. Existe inclusive, uma Tese de Mestrado elaborada por um lourinhanense, Manuel Vitorino (2012), cuja temática aborda “Território, Molinologia e Turismo - a Dinamização dos Moinhos na Promoção do Turismo”. Na respetiva tese aponta que em 12 anos deixaram de estar ativos menos 11 moinhos no concelho, isto é; em média de dois em dois anos 1 moinho deixou de funcionar no concelho e nada tem sido feito, no sentido de sensibilizar os proprietários para a sua preservação. A Comissão Nacional da UNESCO (1992, p. 6), relativamente à proteção do património cultural e natural, refere que a preservação do património cultural está cada vez mais ameaçada não só pela tradicional degradação, mas também pelas alterações e destruição ainda mais temíveis,

ATA 01/2016
Reunião Ordinária de 26 de fevereiro de 2016

apelando à salvaguarda de bens (monumentos, conjuntos e sítios) que têm um valor universal de exceção, devendo ser protegido e valorizado, associando-se-lhe a componente imaterial, de modo a criar mais interesse aos visitantes e contribuir para a sua revitalização. Face à óbvia relevância desta matéria, o CDS-PP gostaria de fazer aqui uma proposta de recomendação para que o executivo assuma a dianteira e tome a iniciativa de modo a que seja a Câmara Municipal da Lourinhã a apoiar e formalizar esta candidatura, porque, para além de ser uma enorme mais-valia a nível turístico para o concelho da Lourinhã, tal como o estudo de 2012 também refere, criando-se oportunidades para a Lourinhã, com experiências que se inspirem na história, heranças, arte e estilos de vida rural, assim como na criação de “redes, rotas e no uso de roteiros pedestres”. Acrescentou que um grande mestre construtor de moinhos e seus engenhos, reconhecido por especialistas e referenciado num livro sobre molinologia da Câmara Municipal de Maфра viveu a maior parte da sua vida aqui na Marteleira, Lourinhã. Para além do mais, seria de toda a justiça, uma vez que a proposta também partiu de municípios do concelho da Lourinhã. Uma coisa é certa, esta candidatura abrange engenhos desde o rio Liz até ao Sado. Se não for a Câmara Municipal da Lourinhã outra agarrará a ideia. Está nas “nossas” mãos.

Presidente da União de Freguesias de São Bartolomeu dos Galegos e Moledo:

Após ter apresentado os seus cumprimentos, referiu que uma das grandes preocupações do Executivo da União de Freguesias de São Bartolomeu dos Galegos e Moledo tem sido a conclusão do saneamento básico em alguns lugares da freguesia. Desde o início de 2014 que várias reuniões foram feitas, na altura com a empresa Águas do Oeste, tendo ficado um compromisso, por parte da mesma, para a conclusão do saneamento no Moledo e Feteira até ao 1.º semestre de 2015, o que não se verificou. Como é do conhecimento do Sr. Presidente da Câmara Municipal, foi feita uma petição pública sobre a situação dos esgotos no Moledo em setembro de 2015, no sentido de dar voz a um grave problema de saúde pública. O objetivo maior constituía, obviamente, a resolução deste problema, exercendo pressão sobre a empresa pública tutelada pelo Ministério do Ambiente. Após uma sessão pública de plano de gestão da região hidrográfica do Tejo e ribeiras do oeste, realizada em novembro de 2015, neste mesmo salão, foi entregue uma cópia da referida petição pública à Dra. Gabriela Moniz, Diretora do Departamento do Litoral e Gestão Costeira da APA (Agência Portuguesa do Ambiente), assim como um registo fotográfico que ilustrava claramente esta problemática. Recentemente, foi contactada, via telefone, pelo Núcleo de Proteção Ambiental do Destacamento Territorial de Torres Vedras da GNR, na pessoa do Sr. Cabo Paulo, para que o

ATA 01/2016
Reunião Ordinária de 26 de fevereiro de 2016

referido núcleo se inteirasse desta situação. Foi feita mais uma visita e fiscalização à Ribeira de S. Domingos, estando presentes várias entidades, tais como: GNR do Ambiente, Engenheira de Águas de Lisboa e Vale do Tejo, Técnico do Setor de Água e Saneamento da Câmara Municipal da Lourinhã, Executivo da União de Freguesias de São Bartolomeu dos Galegos e Moledo e Ex-presidente da Junta de Freguesia do Moledo. Na sequência desta visita, aguarda-se ainda o resultado da avaliação efetuada e respetivas medidas a tomar. Esta problemática é sentida por todos como uma situação obsoleta, apesar de a visita ter sido feita em pleno inverno onde as águas vão lavando o rio. Pois quando não chove o cenário é bem diferente, são visíveis resíduos fecais e outros, insetos que coabitam neste local de forma abundante, assim como o mau cheiro que invade toda esta zona impossibilitando qualquer tipo de passeio à beira rio. Sabendo também que esta é uma preocupação do município, venho desta forma apelar mais uma vez que se unam esforços para o término desta situação, uma vez que se trata de um assunto de grande relevância para a promoção de uma melhor qualidade de vida da população da União de Freguesias de São Bartolomeu dos Galegos e Moledo. Uma outra questão que gostaria de referir aqui nesta Assembleia Municipal refere-se à estrada municipal 247-1, pois nesta estrada, desde o cruzamento para o Casal da Galharda até ao Alto da Lameira, existe uma reta onde se verifica, com muita frequência, infrações graves, nomeadamente o excesso de velocidade, não oferecendo de maneira nenhuma tranquilidade às populações, especialmente às de Reguengo Pequeno e Feteira. Têm sido vários os acidentes de viação nesta estrada, designadamente junto aos lavadouros do Reguengo Pequeno, local que no passado dia 19 de fevereiro foi palco de um gravíssimo acidente do qual resultou uma morte. O Executivo da União de Freguesias não pode ficar indiferente aos vários acidentes e ao perigo iminente daquela estrada pelo que existe uma necessidade de ser efetuada uma avaliação no local pelos técnicos responsáveis, no sentido de arranjar estratégias e meios que obriguem ao cumprimento e respeito pela sinalização existente na referida via pública. Nada podem fazer quanto ao civismo daqueles que circulam na estrada, no entanto, podem sim, intervir com meios ou entraves, nomeadamente a colocação de lombas ou outros, na tentativa de reduzir acidentes e oferecer maior segurança tanto aos condutores como aos peões que nela transitam.

Duarte Gonçalves:

Após ter apresentado os seus cumprimentos, referiu que teve conhecimento que o edifício da Escola Agrícola do Rio Grande foi vendido a uma entidade privada. No entanto, falou-se aqui, durante tantos anos, sobre o interesse da Câmara em tornar aquele edifício numa escola

ATA 01/2016
Reunião Ordinária de 26 de fevereiro de 2016

profissional. Assim sendo, não sabe como o município, em tão pouco tempo, desinteressou-se pelo aludido projeto. Acresce, ainda, que o respetivo edifício foi erguido num terreno doado pela Câmara e, parece-lhe, que destinava-se para fins públicos. Tem dúvidas se o privado que comprou o edifício em causa dará um fim público àquele equipamento, mas pensa que não. Deste modo, gostaria de obter mais informações sobre o respetivo projeto, nomeadamente, se a Câmara tem conhecimento sobre quais são as intenções da entidade privada.

José Tomé:

Após ter apresentado os seus cumprimentos, referiu que há necessidade de retomar os trabalhos em relação ao Planalto das Cesaredas e ao Grupo de Trabalho que foi criado pela Assembleia Municipal. Todos estão recordados que a última ação que foi desenvolvida foi uma visita ao terreno numa zona do planalto. Ficou na altura acordado que iriam desenvolver outra visita numa outra parte do Planalto das Cesaredas. Crê que, salvo melhor entendimento, deverão ser os serviços a proceder ao planeamento dessa ação para dar continuidade ao trabalho do Grupo de Trabalho, porque é urgente que isso aconteça, até porque consta na agenda de trabalhos desta assembleia um assunto diretamente relacionado com o Planalto das Cesaredas. Uma outra questão que gostaria de colocar ao Sr. Presidente da Câmara é a seguinte: foi assinado, no passado dia 15.02.2016, em Vila do Conde, o Contrato de Desenvolvimento Local com o Grupo de Ação Local - Ecomar. Deste modo, gostaria, caso fosse possível, que o Presidente da Câmara prestasse alguns esclarecimentos mais pormenorizados a esta assembleia sobre o conteúdo deste contrato. Também, se não houvesse inconveniente, sugeriu que fosse fornecida uma cópia do referido contrato aos membros da Assembleia Municipal. Também quer felicitar o Executivo Municipal pela ideia que teve no âmbito do cartão jovem municipal, nomeadamente, transportar os jovens do Concelho da Lourinhã, que estivessem interessados, ao Carnaval de Torres Vedras. O aludido carnaval trata-se de uma marca que o Oeste tem e que é de extrema importância neste período do ano. Todavia, em relação à ação desenvolvida, suscitou-lhe algum interesse um comunicado por parte do Partido Social Democrata. Percebe que estão numa fase que existe uma nova direção deste partido político e a sua presidente atual também é vereadora da Câmara e, por conseguinte, há necessidade, neste tempo inicial, ter algum protagonismo. Portanto, quer dizer à Sr.^a Vereadora Vanda Oliveira que quando leu o comunicado quase que lhe apetecia dizer inicialmente como o Sr. Presidente da Câmara às vezes diz, nomeadamente, que não podia estar mais de acordo consigo. Mas, depois de ler melhor o comunicado, percebeu que existem alguns equívocos e, portanto, crê que há uma contradição, isto é, por um lado dizem que é

ATA 01/2016
Reunião Ordinária de 26 de fevereiro de 2016

“bonzinho”, mas por outro lado dizem que houve aqui descuido e fazem algumas referências ao consumo de álcool. No entanto, foi possível observar nas redes sociais, há algum tempo atrás, algumas ações destinadas a jovens, desenvolvidas pelo PSD, onde houve consumo de álcool, nomeadamente, em período da campanha eleitoral, tais como: a “Festa dos Anos 80”, a “Festa do Pôr-do-sol”, ou a “Festa das Rodadas”. Portanto, poder-se-á aplicar nesta situação o seguinte ditado popular: *“Bem prega Frei Tomás: faz o que ele diz e não o que ele faz”* e não fica muito bem para o autor do comunicado e acha que o mesmo deve ter isso em atenção. Também registou, muito claramente, que houve uma grande falta de atenção, pois, parece-lhe, que o autor do comunicado não viu a ficha de inscrição. Quem escreveu um texto destes, decerto que não leu a ficha de inscrição, porque na mesma constam os devidos requisitos, nomeadamente, no tocante a menores tem que existir (e bem!) uma corresponsabilização. Portanto, é sempre importante ler-se tudo, porque era impensável que alguém dinamizaria uma ação destas sem ter esse cuidado relativamente aos menores. Acha que se deve ter algum cuidado com estas coisas, caso contrário fica sempre aquela crítica “ligeirinha”, cuja pretensão é desvalorizar. Não é bom que se aja desta forma e como já tem dito também: uma boa oposição também faz uma boa governança. E, esta situação não é um bom exemplo de boa oposição. Também, se fosse possível, gostaria, em síntese, que lhe fosse informado sobre o número de jovens que aderiu a esta iniciativa, mais concretamente, que utilizaram o respetivo transporte para se deslocarem ao Carnaval de Torres Vedras.

João Ferreira:

Após ter apresentado os seus cumprimentos, referiu que está preocupado, em termos de ambiente, com a manutenção do edifício inacabado que se encontra no Casal Juncal. Desconhece se tem havido desenvolvimentos ao nível do processo judicial ou se, inclusive, já terminou. Mas isso também não lhe interessa. O que lhe interessa é, sobretudo, a posição que o município irá adotar ou que já adotou em relação à manutenção daquela construção inacabada, sobretudo em relação à parte arredondada que invade a via pública. Dever-se-ia exigir ao promotor ou ao dono do imóvel que demolisse toda aquela zona que está a invadir a via pública e que, inclusivamente, descaracteriza imenso aquele local. Decerto que a Câmara não licenciou aquele edifício naqueles termos. Quem passa por ali todos os dias observa aquela obra inacabada, pois dá nas vistas, porque parece uma cidade bombardeada. Existe uma outra construção inacabada, onde eram os frigoríficos, junto à Ponte do Rio Grande, e essa está para ser vendida e está para ser terminada.

ATA 01/2016
Reunião Ordinária de 26 de fevereiro de 2016

Filomena Frade:

Após ter apresentado os seus cumprimentos, referiu que, em relação àquilo que já foi aqui dito sobre a Ribeira de São Domingos, gostaria de lembrar que na última assembleia, onde discutiram as GOP, teve o cuidado de perguntar sobre aquilo que era indicado e apresentado na rúbrica de saneamento e pelos valores que eram apresentados, nomeadamente, se estava incluído ou se estava prevista a resolução do problema da Ribeira de São Domingos. Foi respondido pelo Sr. Presidente da Câmara que a resolução do problema era uma responsabilidade da empresa Águas do Oeste e, como tal, as verbas previstas não se destinavam à resolução do problema da Ribeira de São Domingos. Foi ainda dito que as elevatórias a construir eram no Toledo, Peralta e Casais Neto. Portanto, facilmente se conclui que a Câmara não irá executar obra para resolver o problema da Ribeira de São Domingos. Se o município não consegue resolver também não lhe parece que sejam as freguesias que têm capacidade para o resolver, nem unidas, nem desunidas. Não é um problema fácil para uma junta de freguesia ultrapassar quando o próprio município também assume que não o consegue solucionar. Portanto, gostaria que este Executivo tivesse a iniciativa de avançar com uma solução, independentemente de, conforme está acordado, tratar-se de uma responsabilidade da empresa Águas de Oeste. Depois poder-se-ia responsabilizar, nem que fosse judicialmente, a referida empresa por essa execução. Porque, efetivamente, é um problema do Concelho. As populações vivem diariamente confrontadas com este problema e custa-lhe perceber que não há verba prevista para a resolução deste problema, aguardando-se que as Águas do Oeste decidam fazer alguma coisa. Também o município está agarrado a uma solução técnica que foi pensada e adotada pela empresa Águas do Oeste. Pergunta: porque não o município pensar e avaliar outras soluções técnicas que possam resolver o problema? Uma situação de uma ETAR compacta ou de uma mini ETAR, que resolvesse localmente em vez de se estar dependente de uma estação elevatória ou de uma situação mais complexa. Gostaria também de perguntar, em relação à proposta da Barranca que foi retirada, o seguinte: não lhe pareceu haver grande diferença nas duas propostas da Barranca e de Joaquim dos Reis. Mas só uma é que foi retirada e, deste modo, gostaria de perguntar se não é possível distribuir como acabou de ser distribuída documentação em falta, para que pudessem manter a respetiva proposta na ordem de trabalhos.

Teresa Faria:

Após ter apresentado os seus cumprimentos, referiu que, antes de mais, quer transmitir que o membro Nuno Sampaio não poderá comparecer à sessão da assembleia de hoje por

ATA 01/2016
Reunião Ordinária de 26 de fevereiro de 2016

impedimento de última hora, pelo que apresenta as suas desculpas. Em relação ao Parque Jurássico, referiu que o Sr. Presidente da Câmara participou numa reunião em janeiro de 2016 onde também esteve presente a representar o Partido Social Democrata. Na informação Escrita do Presidente da Câmara é mencionada a respetiva reunião de uma forma muito vaga e como acha que é um assunto muito importante para todos os lourinhanenses gostava de, sobre esta matéria, colocar algumas questões. Portanto, na reunião de líderes de bancada foi dito que existia um novo contrato com alterações e o mesmo iria ser apresentado na Câmara de Comércio Luso-Alemã pelo Sr. Vereador Vital do Rosário, que depois traria ou não parecer positivo. A nova candidatura, no âmbito da Europa 2020, tem que ser feita até ao dia 30.03.2016, a verbas destinadas ao turismo e não ao património. O outro contrato, que esta assembleia não aceitou no outro mandato municipal, iria ser extinto. Portanto, pretendem, não só esta bancada, mas com certeza é importante para toda a assembleia e para todos os lourinhanenses, que haja informação sobre o ponto de situação do novo contrato e que informem se é possível ou não que a empresa alemã apresente a candidatura até ao final de março. Depois, em relação ao GEAL, sabe-se que este Grupo é uma instituição que tem como obrigação defender o património que está à sua guarda, o paleontológico, o etnográfico e também o arqueológico e, por conseguinte, terá que cumprir essa responsabilidade. Aliás, considera que o património paleontológico da Lourinhã é de tal maneira importante que já disse em várias sedes que deveria ser classificado, assim como os locais onde existem as ossadas. Caso contrário corre-se o risco, através da erosão ou da presença humana ou por outros fatores, que haja situações onde as ossadas possam ser danificadas e, por conseguinte, perde-se muito da história da terra e da história natural.

Presidente da Câmara:

Após ter apresentado os seus cumprimentos, em relação à intervenção do membro José Soeiro sobre o Grupo de Trabalho do Planalto das Cesaredas, referiu que na altura que foi feita a visita ao planalto transmitiu ao Grupo de Trabalho que existia, naquela altura, um trabalho extremamente exaustivo pelos serviços da Câmara dado que estavam a terminar o PDM. Como é sabido irá ter agora uma resolução definitiva, após as discussões complexas que foram desenvolvidas com todos os intervenientes. Nesse sentido, irá decorrer uma reunião de concertação e espera-se a emissão da última resolução relativamente ao PDM. Em relação ao Grupo de Trabalho, tem em sua posse toda a documentação e, portanto, perspectiva-se a marcação de uma reunião para o dia 07.03.2016 ou para o dia 15.03.2016. Referiu ainda que pretende convidar os presidentes das câmaras municipais de Peniche e de Óbidos para

ATA 01/2016
Reunião Ordinária de 26 de fevereiro de 2016

estarem presentes na respetiva reunião. Em relação à proposta que o membro José Soeiro disse que irá apresentar sobre as freguesias, referiu que é um direito que cabe ao referido membro. Em relação ao FAM, referiu que a Câmara Municipal da Lourinhã já transferiu para este fundo a verba de 140.000,00 € e, julga, que só 26 municípios não pagaram. Este fundo é composto com 350 milhões de euros dos municípios e 350 milhões de euros do Governo. Mas, esta matéria está a revelar-se complexa, porque, por exemplo, existe um município que integra a OesteCIM que precisa de 42 milhões e tardam a resolver esta situação. Também em sede do Conselho Diretivo da ANMP constata que existem outros municípios que precisam de verbas urgentemente e o dinheiro do fundo não tem acudido a estes casos como era suposto. As respetivas verbas têm que estar em algum lado e não estão a ser utilizadas, até à data, para os devidos fins. Tem, no entanto, informação que ir-se-á começar a pagar por via do Orçamento de Estado de 2016. Relativamente aos transportes escolares e refeições, de facto existe aqui uma discrepância e o Conselho Diretivo da ANMP levantou esta situação, pois não faz sentido que o Iva em relação à restauração tenha reduzido para 13 % e as autarquias continuem a pagar Iva a 23% ao nível das refeições escolares. Mas esta situação está a ser negociada entre a ANMP e o Governo. Em relação à precaridade e subsídio de desemprego, referiu que concorda com o membro José Soeiro. Mas, como é sabido, estiveram 3 anos proibidos de admitir pessoal e tiveram ainda que reduzir 2%, situação que aconteceu, sobretudo, através da aposentação. Atualmente, esta situação está estabilizada e a proposta do governo já possibilita contratações ao nível de recursos humanos, cuja responsabilidade é unicamente da Câmara e da Assembleia e não haverá necessidade do visto do Tribunal de Contas. O município da Lourinhã tem 380 funcionários, estando 192 afetos às escolas. Existem 355 funcionários com contrato a tempo indeterminado e existem 25 no fundo de desemprego. Destes 25, encontram-se 17 nas escolas. Mas, com a abertura do concurso que irá decorrer (autorizado pela assembleia municipal), existem 8 funcionários em condições de concorrer quando abrir lugares para as oficinas, entre outros serviços. Para o município, esta situação da precaridade também cria uma grande destabilização ao nível dos serviços operacionais. Deste modo, também pretendem terminar com a referida situação o mais rápido possível. Em relação à intervenção da membro Paula Marinho sobre o Planalto das Cesaredas, já respondeu, isto é, ir-se-á no final desta sessão agendar a próxima reunião do Grupo de Trabalho para se definir algumas situações. Como a membro Paula Marinho sabe existe um mapeamento definido, em termos de verbas para o Planalto. Portanto, aquilo que a membro Paula Marinho disse está correto, no entanto não é necessário, nesta fase, o mesmo

ATA 01/2016
Reunião Ordinária de 26 de fevereiro de 2016

constar porque a candidatura ainda vai ser feita. Quando lançarem a candidatura a percentagem de 15% será devidamente contemplada através de uma revisão orçamental. Não podem ter ainda a respetiva inscrição porque não existe ainda qualquer documento que justifique a verba em causa ao nível das GOP. Estão a definir a devida estratégia para o Planalto e a Câmara tem, obviamente, alguns objetivos. O Grupo de Trabalho também está a trabalhar para esse efeito e a Câmara é mais um elemento deste Grupo e, por conseguinte, está a acompanhar este processo. Em relação aos Moinhos, a Câmara tem desenvolvido um trabalho importante a este nível. Todos os anos tem promovido visitas aos moinhos do concelho da Lourinhã. Conhece, efetivamente, o Moinho do Boneco e achou extraordinária a forma como é explicado tecnicamente o funcionamento deste moinho. Mas nunca ninguém falou com a Câmara sobre esta matéria. No entanto, irá ter uma reunião com o Ministro da Cultura e poderá, eventualmente, envolvê-lo nesta questão. Todavia, irá antes contatar com os proprietários do Moinho do Boneco para apurar, em concreto, quais são as pretensões dos mesmos, para, em conjunto, definirem uma estratégia. Em relação à intervenção da Presidente da União de Freguesias de São Bartolomeu dos Galegos e Moledo, sobre as Águas do Oeste, referiu que esta empresa comprometeu-se que resolveria esta situação em 2015, situação definida em sede de OesteCIM. Mas, a empresa Águas do Oeste encontra-se com problemas financeiros, contudo não compete à Câmara resolver esses problemas. Obviamente, podem participar na solução, mas teve a garantia, por parte de um administrador das Águas do Oeste, que a situação ir-se-á resolver. No entanto, desde 2015 até agora já passou algum tempo. Por outro lado, como é sabido, entretanto, houve a fusão desta empresa com a Águas de Lisboa e a Epal. Já solicitou também, a nível da OesteCIM, o agendamento de uma reunião, porque esteve com o Secretário de Estado do Ambiente há 15 dias e pediu-lhe que a resolução deste caso fosse o mais rápido possível. Trata-se de uma situação que já tem um projeto definido pelas Águas do Oeste, estando tudo encaminhado. A solução para aquela linha, desde São Bartolomeu dos Galegos, está definida, porque a estação de tratamento do Paço já está a funcionar. Falta resolver, de facto, o saneamento que vem da Ribeira de São Domingos, do Reguengo Grande, da Feiteira e Pena Seca. A solução preconizada é integrada e resolveria esta questão. Obviamente, que terá que haver uma estação elevatória que ficaria num dos limites do Moledo e a partir daí começaria a ser gravítico. Portanto, sobre esta matéria, irá dar uma resposta muito rápida à Sr.^a Presidente da União de Freguesia de São Bartolomeu dos Galegos e Moledo. Relativamente à visita dos técnicos do ambiente, SEPNA, tem conhecimento desta matéria e irá transmitir o mais rápido possível a forma de resolução às

ATA 01/2016
Reunião Ordinária de 26 de fevereiro de 2016

Águas de Lisboa. Em relação a esta questão, já estão executados os mapas e o levantamento. Em relação à EN 247-1, referiu que irá mandar técnicos ao local para verificarem e definirem as medidas concretas para resolver esta situação. Por outro lado, a consciência das pessoas é bastante importante neste tipo de casos, porque a velocidade naquela zona é de 50 Km e a mesma não pode ser desrespeitada. Em relação à intervenção do membro Duarte Gonçalves sobre a Escola Casa Agrícola, referiu que teve conhecimento através do Banco Millennium BCP que aquele edifício foi vendido a um privado com o objetivo de construir naquele local um hotel. Foi apresentado na Câmara, entretanto, um pedido de viabilidade. Portanto, a Câmara, durante alguns anos, em relação àquele espaço, usufruiu do direito de preferência. Houve, efetivamente, a perspectiva de tornar aquele edifício numa escola profissional. Mas, infelizmente, na altura o Ministério da Educação não deu seguimento ao pedido de 3 empresas ligadas a este setor. Também, na caderneta predial da Escola Casa Agrícola não consta registado nenhum ónus e, deste modo, o banco vendeu a quem entendeu. A Câmara teve um período bastante longo para exercer o seu direito preferência, no sentido de adquirir o respetivo imóvel. Mas não o fez em tempo útil e, entretanto, apareceu uma entidade privada comprou o aludido imóvel com a pretensão de ali construir um hotel. Pediu um parecer aos serviços jurídicos da Câmara e foi apurado que a Câmara não pode indeferir, dado que o privado gozou do direito de compra pois, juridicamente, não existia nada que pudesse impedir. Em relação à questão do membro José Tomé sobre a visita ao Planalto das Cesaredas e Grupo de Trabalho, já respondeu, nomeadamente, no final da sessão ir-se-á tratar desta matéria. Sobre a Ecomar, referiu que o contrato foi assinado com todos os intervenientes, cabendo à DLBC Ecomar o montante de 2.200.000,00 €, mais 600.000,00 € para funcionamento da estrutura. Mas o Vereador Fernando Oliveira poderá responder com mais detalhe a esta questão, assim como em relação ao Cartão Lourinhã Jovem. No que se refere à intervenção do membro João Ferreira, sobre o edifício inacabado no Casal Juncal, referiu que existe uma ação judicial contra a Câmara, mas o município, até à data, relativamente a este processo judicial, ganhou todas ações. Entretanto, como é público, o BANIF foi adquirido pelo Santander Totta, tendo já a Câmara transmitido no passado o que era necessário fazer para que o projeto pudesse ser aprovado, que passa, necessariamente pelo recuo do respetivo edifício. Em relação à intervenção do membro Filomena Frade sobre a Ribeira de São Domingos, referiu que trata-se de uma candidatura que irão apresentar, estando já devidamente mapeado. Em relação ao saneamento como já referiu tem que vir do Moledo, Reguengo Pequeno, Feteira e Pena Seca e depois entra no Emissário de São Bartolomeu dos

ATA 01/2016
Reunião Ordinária de 26 de fevereiro de 2016

Galegos, onde praticamente está tudo feito, sendo só necessário a estação elevatória junto ao Moledo para que chegue a estação de tratamento do Paço. Irá apurar se a execução desta solução é imediata ou não. Mas, não faz nenhum sentido que esta obra não seja executada, uma vez que a Câmara Municipal da Lourinhã tem os seus pagamentos em dia à respetiva empresa. Sabe que a mesma está com problemas financeiros, mas a Câmara não tem culpa. Inclusive a Câmara tem a receber das Águas do Oeste cerca de 1 milhão de euros. Portanto, irá dialogar com a aludida empresa no sentido de se encontrar uma solução, para que os respetivos trabalhos sejam devidamente executados. Em relação à intervenção da membro Teresa Faria, sobre o Parque Jurássico, referiu que aquilo que foi mencionado pela membro Teresa Faria foi, efetivamente, o que se passou na reunião que se realizou com os líderes de bancada. Já existe garantia que a candidatura irá ser apresentada até ao final de março pela empresa (PDL) que, há 2 ou 3 anos, iniciou este processo e que depois suspendeu. A empresa PDL tem agora as devidas condições para prosseguir com este projeto. A candidatura irá ser também apresentada ao Turismo de Portugal. A Câmara, entretanto, pretendeu fazer algumas alterações ao contrato, mas não foi possível porque a PDL não aceitou, aceitou apenas a redução da área, mais concretamente, de 36 hectares aceitar reduzir para menos de 20 hectares. Também esta matéria foi concertada, com detalhe, com o GEAL, estando as coisas acordadas e espera que a respetiva candidatura seja aprovada nos finais de maio ou início de junho, estando a PDL a desenvolver esforços para que isso aconteça. O objetivo é iniciar a construção do parque em setembro para que o mesmo possa abrir no próximo ano. É essa a projeção e os objetivos da PDL.

Vereador Fernando Oliveira:

Após ter apresentado os seus cumprimentos, em relação à intervenção do membro José Tomé sobre o transporte de jovens ao Carnaval de Torres Vedras, no âmbito do Cartão Lourinhã Jovem, referiu que foi uma iniciativa bem acolhida pelos jovens. A Câmara, após a ação, elaborou um inquérito com duas questões, a saber: - se esta ação se deveria repetir e, - se os horários deveriam ser alterados. As respostas foram unânimes, nomeadamente, desejavam a continuidade da iniciativa e os horários deveriam manter-se, embora o município ache que poderá ser feito um pequeno ajuste. Tiveram 78 inscrições em que o jovem pode utilizar o respetivo transporte nos dois dias, e, no universo das 78 inscrições, 85% foram novos aderentes ao Cartão Lourinhã Jovem. Portanto, esta iniciativa também motivou interesse por parte de jovens para aderir ao Cartão Lourinhã Jovem. A média de idade dos inscritos foi de 17 anos (14 anos aos 22 anos). Com base nas inscrições, apurou-se: no 1.º dia o 1.º autocarro

ATA 01/2016
Reunião Ordinária de 26 de fevereiro de 2016

tinha a lotação completa; o 2.º autocarro tinha 21 inscritos; no 2.º dia o 1.º autocarro tinha a lotação completa e o 2.º autocarro tinha 17. É necessário saber que a saída do 2.º autocarro fez-se numa hora mais tardia. O município tentou também que os jovens utilizadores deste transporte tivessem uma entrada gratuita no recinto mas não foi possível. Outro aspeto importante foi a utilização das pulseiras. Cada jovem tinha uma pulseira com um número de contato do técnico responsável, que estava no autocarro para qualquer eventualidade. O transporte foi devidamente acompanhado por um vigilante e foram preenchidos todos os formulários de acordo com as autorizações necessárias no caso dos menores (ex. contatos, morada, etc). Portanto, foi uma ação que correu bem. Teve a oportunidade de estar no 1.º dia às 23 horas para verificar como iria decorrer a viagem para Torres Vedras. Depois, no 2.º dia, utilizou o respetivo transporte para a Lourinhã para fazer, igualmente, uma verificação e em ambas as situações verificou que correu bem. Pensa que é uma iniciativa importante, que visa dar alguma segurança aos jovens da Lourinhã, no que concerne às deslocações para um evento que, realmente, tem características extremamente importantes do ponto de vista regional e mesmo nacional. Relativamente à DLBC, referiu que o protocolo foi assinado pelo município de Torres Vedras. Ainda não têm formalmente o respetivo documento. Assim, estão a aguardar que lhes seja enviado cópia do Protocolo, que depois poderá ser distribuído. Em relação à Agência Ecomar, os estatutos já foram aprovadas em sede de Assembleia Municipal. A respetiva DLBC irá funcionar, em princípio, nas antigas instalações da Junta de Freguesia da Maceira. Estão, neste momento, a preparar a constituição da unidade técnica que irá iniciar depois com todos os procedimentos.

Presidente da Assembleia Municipal:

Em relação à intervenção da membro Filomena Frade sobre o ponto VI – Proposta 04 - “Reconhecimento de Interesse Público municipal para regularização de exploração de inertes_expansão / Barranca – Sociedade Britas, Ld.ª”, cuja matéria foi retirada da Ordem de Trabalhos da presente sessão, referiu que as questões entre este ponto e o ponto VII – Proposta 05 - “Reconhecimento de Interesse Público municipal para regularização de atividade de pecuária / Joaquim Luís dos Reis”, não são iguais. Portanto, o requerente do ponto VII apresentou o processo completo e o requerente do ponto VI apresentou de forma incompleta. Também apresentou o pedido com nomes trocados ou errados, que só agora foram acertados. Por outro lado, não há qualquer problema que esta matéria seja votada em abril, porque estará dentro do prazo, uma vez que o pedido entrou no dia 29.01.2015 e o que vale é a data de entrada.

ATA 01/2016
Reunião Ordinária de 26 de fevereiro de 2016

Vereadora Vanda Oliveira:

Após ter apresentados os seus cumprimentos, referiu que queria agradecer ao membro José Tomé o facto de ter abordado nesta sessão da Assembleia a sua eleição como Presidente da Comissão Política do PSD Lourinhã. Agradece, por isso, a importância que este membro está a dar a sua pessoa e ao partido em si. Não daria tanto e pensa que não é assunto de interesse municipal para ser abordado numa sessão da Assembleia. Enquanto Vereadora e enquanto Presidente da Comissão Política do PSD Lourinhã, sabe perfeitamente e tem o discernimento de distinguir as duas situações. Portanto, está aqui hoje enquanto vereadora e não como Presidente da Comissão Política do PSD Lourinhã e afiança que nunca irá ter uma abordagem nesse sentido em sede de Câmara, nem na Assembleia. Mas era expectável que, sendo a primeira assembleia municipal, após a sua eleição como Presidente da Comissão Política do PSD Lourinhã, que algo da bancada socialista surgisse neste sentido. Relativamente ao protagonismo, na generalidade, o ser humano tem o hábito de julgar os outros pelo que é. Por isso não sabe se, neste momento, o membro José Tomé precisa de obter protagonismo em relação à sua bancada ou no seu partido. Mas a sua ideologia pessoal não lhe permite falar doutros hábitos e de outras pessoas que nada tem a ver consigo, seja a nível político, seja a nível pessoal. Em relação à atividade propriamente dita e conhecendo o membro José Tomé como professor deste concelho e, por sinal, um bom professor face à carreira profissional que teve e que tem, sabe, perfeitamente, que o mesmo conseguiu analisar o comunicado que foi feito pelo PSD e que compreendeu o mesmo na íntegra, como o Executivo também compreendeu, dado que esta matéria também foi abordada em sede de reunião de Câmara. O comunicado está claro e está direto. O mesmo não tem nada a ver com a atividade. Isso está claro! Tem a ver com a forma como foi publicitado e que ela (Vanda Oliveira) teria feito doutra maneira. Enquanto presidente de uma concelhia os comunicados serão sempre concretos, diretos e assumidos com responsabilidade, pois é seu apanágio no seu dia-a-dia como pessoa e como profissional. Em relação ao membro José Tomé ter dito que ela (Vanda Oliveira) não leu todos os documentos, também o membro em causa terá que ler a ata da reunião de Câmara onde este assunto foi abordado e, efetivamente, aquando da publicidade do evento o membro José Tomé poderá verificar que não estava essa situação salvaguardada, razão pela qual foi feito o respetivo comunicado. Mais uma vez se congratula pelo facto do PS estar atento aos comunicados do PSD.

ATA 01/2016
Reunião Ordinária de 26 de fevereiro de 2016

Teresa Faria:

Referiu que o Presidente da Câmara foi explícito sobre o ponto de situação que fez em relação ao Parque Jurássico. No entanto, queria dizer o seguinte: Está salvaguardada a posse do terreno, caso a empresa deixe de exercer as suas funções. Isto serve-lhes de exemplo, porque se esta situação também tivesse sido salvaguardada no caso da Casa Escola Agrícola Rio Grande, cujo terreno era propriedade da D. Bebé, viúva do Dr. Afonso Rodrigues Pereira, e que doou ao município e o mesmo cedeu à Casa Escola Agrícola Rio Grande, hoje não tinham perdido aquele terreno que era da Câmara ou seja dos munícipes, dado que, efetivamente, tratou-se de uma cedência para aquele fim e a história ensina muito. Queria esclarecer, ainda, o seguinte: o contrato que a Câmara fez com a empresa alemã PDL não carece de aprovação em sede de assembleia municipal? O Sr. Presidente da Câmara respondeu que estava em vigor o contrato antigo, dado que a referida empresa não aceitou alterações ao contrato. Apenas aceitou uma diminuição à área.

José Tomé:

Começou por agradecer à Sr.^a Vereadora Vanda Oliveira as considerações que fez à sua pessoa em termos profissionais, mas salientou que ainda não está reformado. De seguida, referiu que pode perceber que a Sr.^a Vereadora deslizou entre Presidente da Comissão Política do PSD Lourinhã e Vereadora. Mas tudo bem! Percebe que no início das funções às vezes não se sabe bem a respetiva posição e, por conseguinte, desliza-se. Mas quer dizer à Sr.^a Vereadora Vanda Oliveira que a sua preocupação reside no seguinte: já houve aqui várias situações em que deram provas que os documentos não foram bem lidos. Pode, inclusive, mencionar uma situação muito evidente, nomeadamente, uma matéria que se encontrava agendada na ordem de trabalhos da presente sessão e que Sr.^a Vereadora Vanda Oliveira aprovou em sede de reunião de Câmara. No entanto, o documento continha alguns erros, isto é, em relação aos benefícios indiretos mencionava que o projeto era para o município de Alcobaça e em termos de aquisição de bens e serviços referia o concelho de Ourém. Portanto, a Sr.^a Vereadora Vanda Oliveira também deixou passar estes erros e votou a favor. Deste modo, considera que têm que ter algum rigor nas coisas, principalmente quando se apresenta documentos à assembleia municipal.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO DO PÚBLICO

O Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** referiu que o munícipe Luís Gome das Cruz, face

ATA 01/2016
Reunião Ordinária de 26 de fevereiro de 2016

à complexidade do assunto que irá abordar, solicitou que a sua intervenção pudesse ter a duração de 8 minutos em vez de 5 minutos, conforme estipula o Regimento. Assim sendo, terá que colocar esta pretensão à votação da Assembleia Municipal. A Assembleia deliberou, com 21 votos a favor e 6 votos de abstenção conceder 8 minutos ao munícipe Luís Gomes da Cruz para intervir.

Luís Gomes da Cruz – Refeitórios Escolares. Qualidade, Higiene e Segurança:

Referiu que na última reunião de Câmara teve a oportunidade explicar o seu ponto de vista sobre este assunto, isto é, tentou chamar à coação pessoas com conhecimentos básicos e sensibilidade para o tema da qualidade alimentar, higiene e segurança e entregou ao Sr. Presidente da Câmara o texto da sua intervenção. A razão da sua intervenção de hoje baseia-se no facto de ter recebido, de forma anónima, muitas preocupações por parte de encarregados de educação sobre a qualidade do serviço e do seu controlo efetivo. Considera estas queixas pertinentes, atendendo ao melindre do problema. Portanto, teve conhecimento que a Câmara realizou uma reunião com a empresa de catering que fornece as refeições escolares, no sentido de melhorar a qualidade do respetivo serviço. Ora, esta situação vai ao encontro daquilo que irá falar. Portanto, na última reunião de Câmara fez um ataque cerrado ao Sr. Vereador Fernando Oliveira, mas agora tira-lhe aqui o seu chapéu porque o referido vereador pode não perceber nada de higiene e segurança, mas tem bom senso, porque já percebeu que a empresa de catering que fornece as refeições escolares não serve os interesses da Lourinhã. Mas é extremamente difícil conseguir um serviço capaz e eficiente, com controlo de qualidade, higiene e segurança alimentar, dado que as empresas de catering visam o lucro fácil e não cumprem as regras dos contratos assumidos e assinados. A sua experiência nacional e internacional permiti-lhe afirmar que a maioria das empresas de caterings prestam um mau serviço, porque os preços dos contratos estão esmagados e as margens de lucro são reduzidas. Consequentemente, a escolha dos produtos a confeccionar não é a mais adequada. No princípio o serviço pode correr bem, mas depois constata-se uma degradação do mesmo, razão pela qual é muito difícil o cliente estar contente com o fornecedor. Também o controlo de todas as etapas da cadeia alimentar é oneroso e, como tal, o mesmo não é feito, a não ser que o cliente patrocine para sua defesa e dos seus utentes, entenda-se, alunos e professores. A Câmara não tem nada a ver com a empresa de catering que fornece as refeições escolares, contudo tem a obrigação de exigir o cumprimento da lei. Assim sendo, tem que ter pessoal conhecedor nesta matéria para poder agir em conformidade na defesa intransigente da higiene e segurança alimentar ao nível dos refeitórios escolares

ATA 01/2016
Reunião Ordinária de 26 de fevereiro de 2016

(Ex. vestuário, análises laboratoriais, higiene pessoal). Dito disto julga que fez perceber o atual figurino em relação ao atual fornecimento de refeições às escolas do concelho da Lourinhã. Esta situação não serve os interesses do município e, portanto, dever-se-á mudar para melhor. A solução passa pela administração direta dos refeitórios, isto é, o próprio cliente assume o controlo do serviço. Para o efeito, terá que ter uma equipa de cozinha adequada e deverá cumprir todos os requisitos e regras exigíveis. Contudo, a Câmara não tem, não pode ter essa vocação para a administração direta, mas pode e deve ajudar a alavancar os nossos restaurantes locais e associações do ramo que estejam interessados em assumir o fornecimento das refeições escolares. Por outro lado, a restauração está em crise e como tal seria uma grande ajuda aos empresários deste ramo. Poder-se-ia convidar os diversos restaurantes do Concelho para que, em nome individual ou em conjunto, estudassem o caderno de encargos e apresentassem as suas propostas. Pretende-se que tais propostas sejam imaginativas no sentido de serem feitas parcerias entre restaurantes e demais comércio local (Ex. Talhos, Peixarias, etc). Haveria uma grande certeza e uma enorme vantagem de imediato: a qualidade dos produtos locais! Por outro lado, devem ter em conta que o risco zero em saúde pública alimentar não existe. A Câmara deve ser apelativa e generosa para com os empresários da Lourinhã no sentido de os ajudar, em contrapartida estão criadas as condições para enorme gratidão por parte dos referidos empresários e uma conseqüente vontade em colaborar. Exige-se máxima transparência e rigor sob o ponto de vista administrativo. Deste modo, sugere a criação de um grupo de trabalho patrocinado pelo Sr. Presidente da Câmara, com a seguinte constituição: vereador responsável, um dietista, um veterinário, um advogado e um representante do serviço de higiene e segurança da Câmara. Esta equipa terá como missão refletir sobre esta proposta e apresentar soluções, no sentido de melhorar a qualidade de vida das crianças da Lourinhã e ajudar a restauração local e demais comércio. Seria uma forte dinamização do concelho com impacto positivo no comércio local. Portanto, está ao dispor do Sr. Presidente da Câmara para trazer à Lourinhã técnicos de reputada categoria, a fim de ser promovido um debate público sobre esta matéria, ouvindo os representantes dos alunos e professores. Acredita que não é fácil de implementar esta proposta, mas se se acreditar que esta situação poderá ser melhorada radicalmente, decerto que haverá vontade de trabalhar nesse sentido. Pede que sejam esquecidas as querelas partidárias e seja formada uma equipa de trabalho para que se possa avançar com esta questão. A Lourinhã não pode estagnar no tempo e no espaço. Têm que ser originais e pioneiros e tomar decisões com convicção, no sentido de melhorar a qualidade de vida das crianças da Lourinhã.

Nuno Carvalho / Empresa Barranca – Esclarecimentos em relação ao Ponto VI da Ordem de Trabalhos:

Referiu que irá intervir na qualidade de representante da empresa Barranca. Em primeiro lugar quer pedir desculpa por parte da Barranca pelo documento apresentado, apesar de se tratar de um documento elaborado por um Gabinete Técnico e que supostamente está acreditado para tal. O respetivo documento veio efetivamente com erros ortográficos, embora o aludido documento tenha várias páginas e referencie muitas vezes o município da Lourinhã e, seja dirigido à Câmara da Lourinhã. Portanto, acha que se subentende e não altera em nada o objetivo que o documento é portador. No entanto, a responsabilidade é sempre da empresa Barranca, pois foi esta empresa quem entregou o pedido e, por isso, mais uma vez, pedem desculpa. A Câmara esta semana transmitiu à Barranca essa situação, mas poucas horas depois entregaram o documento devidamente corrigido e com o mapa anexo que era referido. Também quer, para reflexão, falar do seguinte: têm que ter em atenção que a Barranca não é uma empresa que está ilegal. A Barranca está legal sob o n.º 4651 da DGEG. Trata-se de um licenciamento que foi renovado no ano 2000 e estão aprovados os seguintes planos de: - pedreira: - recuperação; - laboração. O que está aqui em causa é que a Barranca quer crescer para a zona sul da atual exploração. É uma zona que está intervencionada e que usam como depósito de terras limpas, ou seja, não pretendem licenciar uma atividade que está ilegal. Não é isso! A empresa está legal e querem apenas crescer para uma zona que, neste momento, não se encontra definida no PDM para zona extrativa, apesar de ser um terreno que é completamente estéril (só tem pedra e carrasco). Deste modo, a Assembleia não irá estar a licenciar aquele terreno, apenas estarão a aprovar um interesse público, para que, posteriormente, a Direção Geral de Energia e Geologia, organismo que faz parte do Ministério da Economia, possa apreciar se o respetivo terreno pode ser licenciado ou não para o fim que se propõe. Mas, dado que esta matéria irá só ser discutida na sessão de abril, convida todas as bancadas a visitar o respetivo terreno para verificarem a situação *in loco*. Assim como do Planalto das Cesaredas e das demais situações que são aqui abordadas sobre o respetivo planalto. Por último, quer apenas esclarecer uma situação, nomeadamente, já várias pessoas lhe perguntaram de quem é a responsabilidade pela colocação das vedações em relação aos limites da pedreira ao nível das alturas e de alguns caminhos que passam ali perto. Portanto, a responsabilidade é, efetivamente, de cada empresa que faz a respetiva exploração/extração.

ATA 01/2016
Reunião Ordinária de 26 de fevereiro de 2016

Infelizmente são as inúmeras as vezes que são obrigados a recuperar vedações ou sinaléticas face ao vandalismo que, sistematicamente, se verifica, fazendo com que não consigam estar constantemente a fazer tais recuperações.

Cristina Henriques, Francisca Pereira e Maria Pereira – PDM/ Zona Extração Carrascais:

No uso da palavra, a munícipe Cristina Henriques referiu que estava acompanhada com as suas filhas (Francisca e Maria Pereira) que residiam no Moledo, na Rua Portas do Sol, zona dos Carrascais. Por conseguinte, são as 3 proprietárias de uma casa situada na referida zona e pagam IMI as três. O que as traz aqui é apresentar uma reflexão destinada a todos. Portanto, diria que esta assembleia é aquela sessão que nunca chegou a ser realizada, nomeadamente a realização de uma sessão da Assembleia temática, cuja matéria a debater era o Planalto das Cesaredas. Portanto, todos os elementos da assembleia, de todas as cores partidárias, bem como o executivo da Câmara Municipal da Lourinhã sabem, decerto, que existe uma imensa mancha de extração de inertes naquela zona, mais concretamente, do agora famoso planalto das Cesaredas, e refere-se, essencialmente, à zona dos Carrascais. Espera que esta situação não seja nova para ninguém, pois acha que todos já tiveram muito tempo para lá se deslocarem. É sabido que a proposta do PDM apresentada recentemente previa que a zona de extração ficaria limitada apenas às crateras já abertas. Mas, no caso dos Carrascais, as mesmas alastram-se dia-a-dia. Passam por aquele local todos os dias e sabem que isso está a acontecer. Se há 6 meses estava previsto uma cratera “x” com perímetro “y” atualmente isso não acontece. Sabem, também, que a poucos metros de uma das maiores pedreiras a laborar diariamente existe uma necrópole datada do período neolítico, na qual, na década de 80, foi encontrada por João Zilhão, entre outros achados, o crânio da Joana, uma humana com cerca de 4 mil anos e que se encontra patente no museu da Lourinhã. Pensa que todos sabem isto! Sabem, decerto, que naquela zona existem ainda grutas que poderão ser de igual relevância, mas que estão a ser diariamente atentadas, como é o exemplo da gruta da Caleja, da qual a pedra que serve de teto já está sem qualquer proteção. Existe uma outra gruta, perto da sua habitação, mas essa já há muito tempo que está esventrada e pilhada. O que lá havia de interessante já desapareceu. Sabem também que por toda aquela zona do planalto proliferam lixeiras que muitas vezes começam por ser um simples buraco, fruto de antigas pedreiras e que, lentamente, se vão tornando depósitos de lixo que servem todos: público e privados. Sabem muitas coisas, sabem isto e sabem mais, porque estas situações já foram faladas muitas vezes. Deste modo, as 3 (Cristina Henriques, Francisca e Maria Pereira) vieram aqui, hoje, questionar o seguinte: se consideram de interesse público a regularização

ATA 01/2016
Reunião Ordinária de 26 de fevereiro de 2016

de exploração de inertes e a sua expansão, também será que consideram de interesse público a preservação do ambiente do património natural, espeleológico e arqueológico? Em caso afirmativo, será que todos estes interesses poderão ser compatíveis? Serão então também incompatíveis todos estes interesses públicos com um outro interesse público maior que é o de manter os lourinhanenses e, neste caso, os Moledenses na sua terra natal ou se, por outro lado, continuando a agir como tem sido prática não estarão a colocar este último interesse público em risco? Será que algum jovem com todo um futuro pela frente, proprietário de uma habitação a 150 metros deste caso, quererá continuar por ali? É do interesse do concelho manter as “Franciscas” e a “Marias”? Qual é o exemplo que o órgão máximo do concelho lhes dá? Uma faixa de pedreiras a menos de 150 metros do seu espaço de estudo! Deverão elas esperar que um dia destes lhes depositem um monte de entulho no quarto com a pá carregadora ou depositem lixo na sala de estar ou, então, limitarem-se a fazer as suas malas e irem embora de vez. A Maria e a Francisca Pereira, presentes nesta assembleia, aguardam uma resposta do executivo e de todos os grupos parlamentares aqui presentes, de todas as cores partidárias, e de outros elementos presentes nesta assembleia. Pede desculpa pela sua intervenção mais fervorosa, mas é com esta situação que vivem diariamente e não é fácil. Viam uma hipótese de solução breve e a mesma “fugiu”.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

“CONVOCATÓRIA

*Nos termos do disposto na alínea b), do n.º 1, do artigo 30.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com a alínea b), do nº 2 do art.º 8º do Regimento, convoco a Assembleia Municipal para uma sessão ordinária, a realizar no próximo dia **26 de fevereiro de 2016 (sexta-feira)**, pelas **21.00 horas**, no Salão Nobre dos Paços do Município, sito na Praça José Máximo da Costa, da Vila da Lourinhã, que se iniciará com os Períodos de Antes da Ordem do Dia e de Intervenção do Público, seguidos da apreciação da Ordem de Trabalhos.*

Lourinhã, 15 de fevereiro de 2016.

O Presidente da Assembleia Municipal
(José Manuel Dias Custódio)

Nota: *A Ordem de Trabalhos e a respetiva documentação seguirão posteriormente.”*

ATA 01/2016
Reunião Ordinária de 26 de fevereiro de 2016

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA LOURINHÃ, A REALIZAR NO DIA 26 DE FEVEREIRO DE 2016, SEXTA-FEIRA, PELAS 21,00 HORAS, NO SALÃO NOBRE DOS PAÇOS DO MUNICÍPIO, COM A RESPETIVA:

ORDEM DE TRABALHOS COM EXTRA-AGENDA

PONTO I - *Apreciação da Informação Escrita do Senhor Presidente do Executivo, acerca da atividade municipal, apresentada em cumprimento do disposto na alínea c), do nº. 2, do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e da alínea c) do nº 2 do artigo 3º do Regimento da Assembleia Municipal da Lourinhã; (* Classificação – B); -----*

PONTO II – *Para conhecimento – Declarações no âmbito da LCPA (Lei dos Compromissos e Pagamentos em atraso)”, nos termos da documentação em anexo; --*

PONTO III – *Proposta 01 – Discussão e votação da proposta relativa à “Ratificação pela Assembleia Municipal do Protocolo de Geminação entre os Municípios da Lourinhã e de Deuil-la-Barre”, nos termos da proposta em anexo; (* Classificação - D); -----*

PONTO IV – *Proposta 02 – Discussão e votação da proposta relativa à “Renovação do parecer favorável emitido pela Assembleia Municipal em sua sessão de 25/09/2015, relativamente à abertura de procedimentos concursais para constituição de reservas de recrutamento para a Coordenação de Educação”, nos termos da proposta em anexo; (* Classificação - D); -----*

PONTO V – *Proposta 03 – Discussão e votação da proposta relativa à “Aquisição de Serviços para fornecimento de refeições escolares às crianças da educação pré-escolar e do ensino básico para os anos letivos 2016/2017 e 2017/2018, a desencadear ao abrigo do Acordo Quadro n.º 4/2013 CC-Oeste – Lote 1, celebrado Pela Central de Compras da Comunidade Intermunicipal do Oeste / Autorização Prévia para assunção de compromisso plurianual”, nos termos da proposta em anexo; (* Classificação - C); -----*

PONTO VI – *Proposta 04 – Discussão e votação da proposta relativa ao “Reconhecimento de Interesse Público municipal para regularização de exploração de inertes_ expansão / Barranca – Sociedade Britas, Ld.ª”, nos termos da proposta em anexo; (* Classificação - D);*

PONTO VII – *Proposta 05 - Discussão e votação da proposta relativa ao “Reconhecimento de Interesse Público municipal para regularização de atividade de pecuária / Joaquim Luís dos Reis”, nos termos da proposta em anexo; (* Classificação – D); -----*

PONTO VIII – *Proposta 06 - Discussão e votação da proposta relativa à “Afetação ao domínio público municipal de uma parcela de terreno com a área de 1.985,00 m², a desanexar do prédio inscrito na matriz sob o artº 49º, da Secção H, da freguesia do*

ATA 01/2016
Reunião Ordinária de 26 de fevereiro de 2016

Reguengo Grande, denominado de Somas, para construção de novo acesso pela Sociedade Agro-Pecuária do Tardete, Lda, nos termos da proposta em anexo; (* Classificação – D); -----

PONTO IX – Proposta 07 - Discussão e votação da proposta relativa à “Desafetação do domínio público municipal para o domínio privado municipal de uma parcela de terreno com a área de 735,00 m², correspondente ao troço do caminho no sítio do Casal Tardete ou Somas, freguesia do Reguengo Grande, concelho de Lourinhã”, nos termos da proposta em anexo; (* Classificação – D); -----

PONTO X – Para conhecimento - Informação n.º 02/2016, de 01/02 da Coordenação Financeira - relativa à “Posição de compromissos plurianuais, assumidos de 01 a 31 de dezembro de 2015; e de 01 a 31 de janeiro de 2016”, nos termos da Informação em anexo;--

EXTRA-AGENDA

PONTO XI – Proposta 08 – Discussão e votação da proposta relativa à “Contratação de um empréstimo a curto prazo, no montante de 900.000,00 €” nos termos da proposta em anexo; (* Classificação – C); -----

Lourinhã, 26 de fevereiro de 2016.

O Presidente da Assembleia Municipal,

(José Manuel Dias Custódio)

***Nota:** Classificação de Tempo.”

PONTO I - Apreciação da **INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DO EXECUTIVO**, acerca da atividade municipal, apresentada em cumprimento do disposto na alínea c), do n.º 2, do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e da alínea e) do n.º 1 do artigo 2º do Regimento da Assembleia Municipal da Lourinhã.

INTERVENÇÃO DOS MEMBROS:

José Soeiro:

Referiu que na Informação Escrita consta a implementação da estrutura e funcionamento da Unidade de Saúde Familiar, designada por São Sebastião. Depois diz que houve um reajustamento de horários e de funcionamento. Segundo sabe esta unidade irá dar resposta às necessidades do Reguengo Grande e da Moita dos Ferreiros (onde existem extensões de saúde). Ora, uma das questões que levantou, em anteriores assembleias, é a seguinte: até que ponto é que as pessoas que beneficiavam destas extensões serão ou não prejudicadas, (efetivamente, podem ser prejudicadas) com a criação da Unidade de Saúde Familiar São Sebastião, dado a mobilidade inexistente nestas duas freguesias. Mais uma vez é referido

ATA 01/2016
Reunião Ordinária de 26 de fevereiro de 2016

reajustamento de horários e de funcionamento, pergunta: em que consiste isto? Aproveitando a questão da cidadã Cristina Henriques, trouxe o Regulamento do PDM, não por causa das grutas, mas por causa do Forte do Paimogo, cuja matéria falou na última sessão da assembleia municipal e que se encontra no aludido regulamento. A questão que coloca é: o respetivo Forte irá cair ou não este ano? Esta é a questão! Quanto às grutas, têm 3 referenciadas no regulamento, sendo consideradas também imóveis de interesse público. Esta questão do interesse público terá que ser convenientemente discutida. Portanto, não é pelo facto de, em determinada fase do campeonato, um governo, para resolver alguns problemas menos claros, tenha inventado o interesse público municipal, que se vai agir agora de forma leviana, isto é, têm que saber, de facto, o que é isto do interesse público municipal. Vão falar disto mais à frente, mas o que é o interesse público municipal? O interesse público municipal é o que contribui para o desenvolvimento do município e satisfaça os interesses dos cidadãos, seus habitantes. No mínimo tem que ser isto. Deste modo, não é o problema particular do cidadão "A", não é o problema específico de alguém, não é o problema de quem tem a empresa em Óbidos e não paga os impostos na Lourinhã, mas quer ser de interesse público municipal da Lourinhã. Está pensar na questão dos Carrascais, que julgava que estava suspenso. Portanto, tinham dito que iriam suspender a atividade da respetiva empresa e, inclusive, até questionou como se poderia suspender algo que não existe. Isto porque, para existir uma suspensão tem que haver um alvará de início. Se não existe um alvará de início, o que está em causa é um ato de banditismo e de selvajaria ambiental. É isso que existe com a convivência do município. Já referiu aqui esta situação e não se trata de questões pessoais, mas sim de questões concretas de funcionamento. Também já disse que tem agora uma nova "Bíblia", que é o Programa do Governo Socialista. E este programa, quanto a ambiente, é extremamente claro. Assim sendo, ou isto se resolve ou então terá que participar ao Ministério Público. Porque o que está em causa é o seguinte: estão a explorar uma área, não pagando impostos e não salvaguardando o ambiente e, por conseguinte, não estão a cumprir a Lei. Quando estão aqui a falar de interesse municipal, este órgão a que pertencem não está acima da Lei para aprovar as ilegalidades cometidas até agora e algumas têm décadas de existência. Portanto, deixa aqui muito claro que tais coisas ou são resolvidas ou ele, reitera, participa ao Ministério público.

Ana Caxaria:

Referiu que, relativamente ao PDM, voltam a questionar como vão os trabalhos e voltam a sugerir que, na fase de elaboração, pensem em acrescentar estratégias viradas para o mar,

ATA 01/2016
Reunião Ordinária de 26 de fevereiro de 2016

face à longa costa que possui o concelho da Lourinhã. Também têm conhecimento que o POOC está ser analisado e, deste modo, sugerem que disponibilizem uma versão do referido Plano à Assembleia, para que não aconteça o mesmo que aconteceu com o PDM. Na área de gestão urbana, o CDS-PP gostaria de obter informações sobre o edifício onde, em tempos, estiveram instalados, os serviços técnicos da Câmara, perto do edifício Canoa, na rua onde se encontra a nova Biblioteca. Se é património da Câmara porque não está contemplada uma reabilitação? Se é privado, é mais um edifício abandonado no centro da Lourinhã. Por fim, sabem que foi implementada a nova unidade de saúde familiar. Gostariam de saber que balanço é feito em relação ao seu funcionamento, dado que estava planeada uma reunião ainda para o mês de fevereiro.

Paula Marinho:

Referiu que, antes de mais, gostaria de abordar novamente uma matéria, dado que não percebeu e pede desculpa desde já. Portanto, é em relação ao pedido da Barranca e dos erros que estavam no respetivo pedido. Questiona, então, se tais erros põem em causa a lógica e o interesse, porque se estão a pedir que ser declarado de interesse público, não está em causa a legalização de empresa nenhuma, como foi dito e bem. Não se trata da localização, pois essa questão foi percebida que está correta. Deste modo, volta a questionar se não se pode avançar com este assunto em vez de se estar a adiar. É só uma dúvida. Agora, relativamente ao Parque Jurássico, dado que foi mencionado na Antes da Ordem do Dia, quer dizer que ficaram mais confusos com as informações que foram prestadas sobre esta matéria. Portanto, então para que serviu, primeiro que tudo, a minuta de contrato que lhes apresentaram? Atendendo que o outro contrato já está aprovado, está em vigor e se vai continuar a estar. Só pretende perceber o ponto de situação. Mas, também querem ressaltar e evidenciar que o CDS-PP não é de forma alguma contra a existência de um parque lúdico e temático na Lourinhã, seja qual for a minuta relativamente a este projeto que esteja em vigor. No entanto, e depois de analisarem a nova minuta, têm muitas dúvidas e questões quanto à forma como estão a pretender realizar este contrato (se o outro está em vigor ainda mais dúvidas têm). Nomeadamente: - Onde está o projeto do parque? - Como vão ser as atividades lúdicas? - Quais vão ser? - Os Dinossauros vão ser mecanizados (robotizados/animados) ou serão tipo estátuas? - Como estamos com as acessibilidades? Para tanto afluxo de visitantes estimado, foi previsto o alargamento da rede viária? Como se cruzam os autocarros nalgumas vias? É que, atualmente, existem troços onde 2 autocarros em sentido contrário não conseguem circular! Ora, isso parece-lhes muito limitativo num parque onde pretendem ter entre 100 a 200

ATA 01/2016
Reunião Ordinária de 26 de fevereiro de 2016

mil visitantes. - E, quem vai ser responsável por estas obras e manutenções? - E, sendo o município a executar as obras, onde está a estimativa de custos? - Quanto ao retorno financeiro para o município, mencionam que será entre os 100 e os 200 mil visitantes, mas pareceu-lhes que quem controla esta gestão será o consórcio alemão. - Porque não o controle em parceria? - Quem nos garante que alguma vez atingirão esse patamar, segundo eles? - Relativamente às infraestruturas dentro do Parque Temático, quais serão e quem ficará com o seu encargo? A Câmara Municipal? E tem Recursos Humanos em quantidade e máquinas? - Segundo lhes pareceu, sem justificação aparente, se em determinada altura o consórcio alemão achar que já não vê qualquer interesse económico e não quiser permanecer, pode ir-se embora sem justificação cabal, e o município ainda fica obrigado a comprar o material fornecido por eles? Deduzem, neste caso, que sejam as estátuas que deixarem cá. - Por fim, o Parque, se for esta a realidade, parece-lhes que será bom negócio para os concelhos vizinhos que ficam com as dormidas dos visitantes/turistas. Por outro lado, parece-lhes ser um excelente negócio para os alemães, pois a receita que gerarem, irão transferi-la para fora do país. Ou seja, parece-lhes que eles vêm cá com a possibilidade de passar uns tempos, mas garantindo que vendem o seu material e, se forem mesmo estátuas, não terão cá artistas plásticos capazes para fazerem esse trabalho, com tanta falta de emprego em Portugal? Terão todo o gosto em apoiar um parque lúdico e temático, se o projeto for reformulado.

Joaquim Barbosa:

Relativamente aos serviços operativos de água e não desvalorizando este trabalho que aqui apresentam, gostariam de lembrar casos, como por exemplo o do Reguengo que, há aproximadamente 12 anos, não tem tido intervenções quanto a esgotos, condutas e afins. Assim como em alguns de Ribamar na vertente que vai dar a Porto Dinheiro (ETAR). Será que até ao fim deste mandato poderá haver a esperança de se fazer alguma coisa, relativamente a estas situações?

Presidente da União de Freguesias de Lourinhã e Atalaia:

Após ter apresentado os seus cumprimentos, em relação ao projeto de arquitetura da loja n.º 1 na Praia da Areia Branca que irá ser o mercado municipal, quer alertar para a necessidade de existir um regulamento de funcionamento que salvguarde os interesses da Câmara e os interesses da pessoas que vão ficar com os respetivos espaços. Outra situação é a Revisão do POOC entre Alcobaça e Cabo Espichel. Tem conhecimento que o respetivo Plano está a ser revisto e esteve numa reunião com o Vereador Vital do Rosário e com o Presidente da Junta de Freguesia de Ribamar, mas não ficaram satisfeitos com a aludida revisão. Deste

ATA 01/2016
Reunião Ordinária de 26 de fevereiro de 2016

modo, alerta que a Câmara deve estar atenta aos desenvolvimentos da Revisão do POOC, em virtude de terem esperança que a Praia da Peralta este ano já poderia ter Bandeira Azul, mas dificilmente vão conseguir alcançar esta pretensão em 2016. Outra situação é a elaboração do estudo prévio para a construção do Parque da Cegonha. Portanto, quer que lhe prestem informações sobre o ponto de situação deste equipamento. Salienta que, na sua opinião, este Parque deveria ficar concluído no ano de 2016. Outra situação sobre a qual gostaria de obter informações refere-se à elaboração do procedimento da reformulação da área de reabilitação urbana da Lourinhã (ARU), nomeadamente a evolução deste projeto.

Teresa Faria:

Começou por referir que não é a primeira vez que aborda o assunto de que irá falar. Portanto, na Informação Escrita está referido que vão decorrer obras no Bairro Social do Moledo e que foi feita uma vistoria ao Bairro Social São Francisco de Assis em Casal Novo, nomeadamente, aos espaços exteriores e carências dos residentes. De facto está muito sensível a este bairro porque conhece muito bem a situação. Para além do elencar de carências, na sua opinião, têm que pensar, muito seriamente, em toda a vida que existe naquele bairro e como as coisas estão. Além do mais, existe um desperdício de espaços no edifício escolar de Casal Novo, cujo espaço tem excelentes condições, mas só conta com 17 alunos. Na sua opinião, dever-se-á refletir sobre o seguinte: se a escola do 1.º ciclo da Lourinhã está com excesso de alunos, porque não rentabilizar aquele espaço (Casal Novo) que foi inaugurado há pouco tempo e que tem condições excelentes. A integração de alunos com problemas, sejam eles com deficiência, sejam o que for, isto é, necessidades educativas especiais de carácter temporário (é disto que está a falar) faz-se nos dois sentidos. Portanto, faz-se trazendo esses alunos com problemas à comunidade educativa e também encorajar outros elementos sem problemas a lidarem com essas situações, porque a sociedade é muito heterogénea e todas as crianças no seu percurso vão ter que lidar com vários tipos de pessoas. Por fim, quer fazer apenas um esclarecimento, porque quando se fala em património acha que tem alguns conhecimentos sobre este tema. Portanto, o interesse concelhio está já salvaguardado neste PDM. A Lei de bases do Património existe e os tipos de classificação estão lá. No tocante ao caso do Forte de Paimogo, dirigindo-se a o membro José Soeiro, referiu que o respetivo Forte está, de facto, em perigo, mas está classificado e vai para além do interesse concelhio, não é património municipal, ou seja, está noutra nível de classificação.

ATA 01/2016
Reunião Ordinária de 26 de fevereiro de 2016

José Tomé:

Referiu que uma das situações que pretendia abordar era a saúde, mas o membro José Soeiro já falou sobre esta matéria e, desta forma, o Sr. Presidente da Câmara terá oportunidade de responder. Em relação ao ensino superior e às bolsas de estudo referiu que foram contemplados 13 alunos. Deste modo, gostaria de saber quantos se candidataram às respetivas bolsas de estudo. Decerto que aqueles que não foram contemplados não se enquadravam no regulamento, mas gostava de ter uma ideia de quantos alunos se candidataram às bolsas de estudo.

Jorge Sousa:

Após ter apresentado os seus cumprimentos, referiu que na anterior assembleia municipal foi-lhes informado que já estavam instaladas na Startup Lourinhã 2 empresas. Deste modo, gostavam de saber qual é o ponto de situação, nomeadamente, se houve alguma evolução ou não e de que forma avaliam este projeto, sendo que hoje existem vários projetos idênticos pelo país inteiro em vários municípios de todo o país, com manifestas taxas de sucesso superiores. Gostaria de saber quantas empresas é que, efetivamente, já estão, neste momento, instaladas e quantas já fizeram um pedido de instalação.

Filomena Frade:

Referiu que, em relação à Informação Escrita, gostaria de apresentar uma nota. Normalmente, todos os anos, nesta Assembleia costuma criticar as podas que são feitas às árvores e nos espaços verdes. No entanto, apesar de ainda não terem a situação ideal, gostaria agora de apresentar uma nota positiva, porque verifica-se algumas melhorias, que têm sido significativas. Mas pensa que esta situação ocorre mais no centro da Lourinhã, dado que nas restantes freguesias ainda são feitos graves crimes ambientais contra as árvores. Nessa medida, pede também que haja um esforço na sensibilização dos técnicos que dão apoio, não sabe se são da Câmara ou das juntas de freguesia, no sentido de reduzir estes cortes tão drásticos. Também já foi aqui perguntado sobre a requalificação de uma loja na Praia da Areia Branca para Mercado Municipal. Mas, gostaria de perguntar ainda qual é o destino que irá ser dado ao antigo edifício do mercado. O antigo palco das festas que ainda lá se encontra está completamente degradado. É, realmente, um péssimo cartão-de-visita da Praia da Areia Branca. O campo de jogos, apesar de ter utilização, também não tem condições adequadas. Portanto, com a nova localização, qual vai ser o destino de todo aquele espaço? Em relação ao PDM já foi aqui perguntado e em cada assembleia custa-lhe ter que voltar sempre a este assunto e estar sempre a perguntar pelos novos desenvolvimentos do PDM. Mas,

ATA 01/2016
Reunião Ordinária de 26 de fevereiro de 2016

efetivamente, desde setembro que são apontadas datas, e não se vislumbram desenvolvimentos, e não lhes são comunicados novos desfechos. Gostaria também de salientar que o PDM atual esteve suspenso durante 6 meses e depois voltou a entrar em vigor. Pensa que essa informação passou completamente despercebida à população. Ainda hoje pesquisou no Site da Câmara se existia alguma informação sobre a entrada em vigor, novamente, do PDM ou qual é perspectiva para a resolução e não há qualquer informação sobre esta matéria. Portanto, além da informação que possa ser dada à assembleia municipal, pensa que é útil que os munícipes tenham esta situação mais esclarecida, nomeadamente a entrada em vigor, de novo, do PDM antigo e como vai ser daqui para a frente. Vão voltar os licenciamentos a decorrer face ao PDM que está em vigor? Vai voltar a ser suspenso? Em relação a uma informação, que julga ser do serviço de Proteção Civil, sobre a formação para aplicadores dos produtos fitofarmacêuticos e das condições adequadas para o município poder utilizar produtos fitofarmacêuticos, quer dizer o seguinte: a nova legislação impõe obrigações (pensa que é do conhecimento geral) no que concerne ao armazenamento e às condições de aplicação. Deste modo, pretende lançar um desafio, face à respetiva legislação que vem colocar este assunto em debate e fazer com que se olhe um pouco para a utilização destes produtos. Gostaria, então, que o município tivesse a ousadia de aceitar o seguinte desafio: tentar não utilizar, pelo menos glifosato, nos espaços urbanos. Sabe que é uma ideia que assusta muitas pessoas, pois que não conseguem imaginar a não utilização de produtos fitofarmacêuticos na produção agrícola e na manutenção de espaços verdes. Mas não é tão difícil assim, pelo menos na manutenção de espaços verdes urbanos e até nos arruamentos. Acontece que o glifosato e herbicidas são utilizados muitas vezes nos passeios e nas bermas para que não nasçam ervas infestante em zonas que até são pavimentadas, nalguns casos até em recreios escolares. Mas muitas dores de barriga e viroses que são diagnosticadas às crianças são o resultado da exposição a estes produtos, dado que de uma forma inconsciente as crianças andam por todo o lado e põe as mãos na boca. Portanto, não é tão difícil assim que se deixe de utilizar estes produtos em áreas pavimentadas, pelo menos dentro dos aglomerados urbanos. Mesmo que o município crie as condições adequadas para poder utilizar estes produtos nas situações que o entenda em que não haja esse contato ou esse perigo humano, principalmente para crianças, pensa que se trata de um desafio interessante e não é difícil de atingir, inclusive, este executivo adotou como lema “Lourinhã um município verde”, assim sendo, gostaria que esse verde não fosse só na cor, fosse também na essência e nessa preocupação.

ATA 01/2016
Reunião Ordinária de 26 de fevereiro de 2016

Presidente da Câmara:

Em relação à intervenção do membro José Soeiro, sobre a saúde, referiu que ir-se-á fazer a monitorização da 2.^a unidade de saúde familiar na próxima segunda-feira, às 17,00 horas, realizando-se uma reunião para o efeito, na qual estarão presentes o Dr. Gonçalves André, o Dr. José Monroy, a Chefe de Gabinete, Dr.^a Graça Guerra, ele próprio e os presidentes das 3 freguesias onde existem extensões de saúde. Por conseguinte, só a partir desse dia poderá dar informações mais concretas. Foi dado um prazo para verificar a existência de dificuldades e as mesmas, efetivamente, existem. Mas houve necessidade de avançar, pelo que ir-se-á iniciar. No entanto, terão que resolver algumas questões importantes, tais como a falta de alguns médicos, enfermeiros, entre outras situações. Também existe necessidade de se proceder a algumas alterações no edifício. Portanto, trata-se de um conjunto de situações que têm que ser resolvidas e, só quando estiver tudo em pleno, é que poderão dizer que já existem 2 unidades de saúde familiar no concelho da Lourinhã. Do seu ponto de vista, está-se a trabalhar muito bem nesta matéria, nas condições e com as condições que existem. Em relação ao Forte de Paimogo, será o Vereador Vital do Rosário a responder. Em relação ao interesse público municipal, referiu que a Câmara apenas declara ou não, mas a aprovação compete, no caso da exploração de inertes, à DGEG. Portanto, é esta entidade que licencia toda a atividade e a quem a empresa terá que dar cumprimento de todos os requisitos que são exigidos legalmente. O município só declara se há ou não interesse público municipal. Em relação à intervenção da membro Ana Caxaria, sobre o PDM, ir-se-á realizar a conferência de serviços, mas o Vereador Vital do Rosário poderá responder a esta matéria com mais detalhe. Em relação à nova USF, como disse, só poderá transmitir informações com mais detalhe a partir da próxima terça-feira. Relativamente ao edifício aonde esteve instalada no passado a DOTU (atual DOTUA), referiu que trata-se de um edifício privado. Em relação à intervenção da membro Paula Marinho, sobre o protocolo com a PDL, será o Vereador Vital do Rosário responder sobre esta matéria. No entanto, quer dizer que não se tratam de estátuas, mas sim de modelos e que por sinal apresentam muita qualidade e são atrativos. Em relação à intervenção do membro Joaquim Barbosa, sobre os serviços operativos de água, referiu que foi feito o devido levantamento ao nível do abastecimento de água e do saneamento, juntamente com as juntas de freguesia, a fim de apurar o que existe efetivamente e quais são as necessidades a este nível, para se agir em conformidade, tendo sido lançado um desafio pelo Secretário de Estado aos municípios que integram a comunidade do Oeste, mais concretamente, que estas situações sejam resolvidas ao nível da OesteCIM. Em relação à

ATA 01/2016
Reunião Ordinária de 26 de fevereiro de 2016

intervenção do Presidente da União de Freguesias de Lourinhã e Atalaia sobre o mercado Municipal da Praia da Areia Branca, revisão do POC, Parque da Cegonha e podas de árvores, referiu que será o Vereador Vital do Rosário a responder sobre estas matérias. Em relação à intervenção da membro Teresa Faria, sobre os bairros sociais, será o Vereador Fernando Oliveira a responder sobre esta matéria. Em relação à intervenção do membro José Tomé no que se refere às bolsas de estudo, será o Vereador Fernando Oliveira a responder sobre esta matéria. Em relação à intervenção do membro Jorge Sousa sobre a Startup Lourinhã, o Vereador Fernando Oliveira esclarecerá este assunto. Em relação à intervenção da membro Filomena Frade sobre as podas, referiu que tem havido uma evolução positiva, atendendo a que os trabalhadores têm recebido a devida formação. Sobre o espaço onde se encontra o campo de jogos, o palco e o mercado, será o Vereador Vital do Rosário a responder sobre esta matéria, embora possa adiantar que existe, efetivamente, pretensão de revitalizar aquela zona. Sobre o PDM será o Vereador Vital do Rosário a esclarecer este assunto. Sobre os produtos fitofarmacêuticos, referiu que têm um técnico na Câmara que está credenciado para a utilização de tais produtos, nomeadamente, o Eng.º Sérgio Rosa. No entanto, transmitirá ao técnico o desafio que a membro Filomena Frade apresentou, mas afiança que existe, efetivamente, por parte dos serviços sensibilidade no sentido de evitar a aplicação de produtos fitofarmacêuticos e quem aplica tem a devida formação, até porque a legislação é muito rigorosa nessa matéria.

Vereador Vital do Rosário:

Após ter apresentado os seus cumprimentos, referiu que, em relação ao Forte de Paimogo, na sua opinião, o interesse daquele edifício é unânime. Do ponto de vista da autarquia, já por diversas vezes, trouxeram entidades que tutelam não só aquele património, como também a orla marítima. Portanto, o trabalho do município tem sido, essencialmente, de pressão. Como resultado dessa pressão conseguiram, até agora, que a próxima proposta de POOC tenha a identificação do Forte e a devida necessidade, como primeira prioridade, de intervenção no que concerne às necessárias obras de reabilitação do mesmo, assim como a consolidação da arriba, pois é base que sustenta o respetivo património. Ter-se-á aguardar também que abram as candidaturas para que possam recorrer a fundos comunitários e que os mesmos venham a tempo de fazer as necessárias intervenções, pois a queda do Forte está iminente. Sobre o PDM, em relação ao que foi dito, nomeadamente, que existe alguma falta de informação, referiu que, efetivamente, está-se na fase mais penosa do processo, onde, geralmente, todos os PDM's acabam por emperrar, dado que existe um "braço de ferro" com as diferentes

ATA 01/2016
Reunião Ordinária de 26 de fevereiro de 2016

entidades. Já tiveram, praticamente, o PDM fechado por 3 vezes, mas surge sempre uma entidade que vem impor mais alterações e, por conseguinte, são obrigados a remexer em todo o processo, isto é, têm que afinar, novamente, os perímetros, entre outras situações. Nestes termos, o município decidiu, apesar da Comissão de Acompanhamento já não estar legalmente instituída, convocar as entidades que neste momento estão a criar constrangimentos, no sentido de analisarem conjuntamente todas as situações e solicitaram que as respetivas entidades venham representadas por alguém que tenha capacidade de decisão. Nesse sentido, na próxima segunda-feira, no período da tarde, reunirão com a APA, CCDRLVT e DRAPLVT para tentarem fechar definitivamente os perímetros urbanos e passarem à impressão da versão final do Plano. Também é intenção ser passado o relatório da discussão pública e dar as respostas aos 302 reclamantes que apresentarem as suas reclamações nessa fase. Sobre aquilo que a membro Ana Caxaria referiu sobre a falta de estratégias viradas para o mar, referiu que, tal como já foi aqui várias vezes veiculado, a estratégia é definida no POOC e depois é que transita para o PDM. Portanto, é o POOC, que por acaso também está em revisão, que define toda a estratégia para o litoral. Em relação à disponibilização do referido programa (POOC, passou de Plano para Programa) a mesma tem que ser feita pela entidade que gere este programa que, neste caso concreto, é a APA, pois é esta entidade a responsável pela elaboração do mesmo. Em relação à intervenção da membro Paula Marinho, sobre o Parque dos Dinossauros e a qualidade do projeto ou desconhecimento do mesmo, referiu que já foram efetuadas, por elementos que estão presentes nesta sala, visitas à Alemanha e foi considerado que o tipo de parque escolhido se ajusta bem à realidade que existe na zona. Também houve todo o cuidado nos modelos escolhidos e trata-se de modelos certificados cientificamente, ou seja, não são estátuas. Obviamente, que a membro Paula Marinho teceu algumas considerações menos abonatórias, de certa forma para desvalorizar o projeto que está aqui em causa. Por outro lado, não pode ser esquecido que se trata de um projeto privado, sendo da inteira responsabilidade do privado o seu conteúdo lúdico e, de certa forma, científico, assim como a sua organização. Portanto, nesse campo, o município não tem responsabilidade, dado que é da responsabilidade dos promotores. Ao município cabe ser parceiro neste processo. Assinaram um contrato de cedência de direito de superfície, por conseguinte, acordaram, com base no respetivo contrato, a devida colaboração, relativamente aos trabalhos que estão aptos a executar, nomeadamente, em relação aos acessos e algumas infraestruturas. Depois há um 3.º parceiro neste “triângulo”, mais concretamente, o GEAL e, como já foi dito pelo Sr. Presidente da Câmara, esta associação

ATA 01/2016
Reunião Ordinária de 26 de fevereiro de 2016

tem estado a negociar com os promotores os seus termos de colaboração, no que concerne à disponibilização do espólio neste projeto. Relativamente à questão do contrato, referiu que, efetivamente, reuniram com os membros da assembleia e tentaram fazer uma nova versão, na expectativa de que os promotores a aceitassem, porque parece-lhes que o enquadramento desta candidatura é diferente daquela que ocorreu, aquando do estabelecimento do contrato anterior. No entanto, os promotores consideraram que o atual contrato está válido, ou seja, foi assinado há cerca de 2 anos e, portanto, consideraram que não haveria necessidade de estarem com mais burocracias no sentido dos promotores terem legitimidade para puderem, naquele terreno, avançar com a candidatura. Os promotores encontram-se nestes dias no terreno a recolher alguns contributos e alguns orçamentos para o desenvolvimento de todo o trabalho para que, até ao dia 31.03.2016, a candidatura seja submetida. Esperam que a mesma tenha sucesso e depois é aguardarem pela concretização do Parque. Em relação ao Mercado da Praia da Areia Branca, referiu que o Presidente da União de Freguesias de Lourinhã e Atalaia falou sobre o ajustamento de um Regulamento e, efetivamente, concordam com esta situação. Obviamente, que face à particularidade da localização daquele mercado, terá que haver alguns ajustamentos em termos de horário e, nesse sentido, irão fazer o enquadramento regulamentar que melhor se adapta à situação em concreto e que salvaguarde todos os interessados, mas principalmente aos que vão usufruir do espaço. Sobre ao que irá acontecer ao mercado antigo, referiu que está preconizado que para o edifício do mercado antigo possa transitar a associação que está atualmente instalada na parte de baixo do placó, nomeadamente, a ANIMAR, para possibilitar a demolição do respetivo palco, dado que o mesmo já não apresenta condições estéticas e provavelmente de segurança. Relativamente à questão da ARU, referiu que foi feito apenas a redefinição da área que vai ficar integrada dentro da ARU da Vila da Lourinhã, ou seja, apenas definiram uma nova área. Está ser feita agora toda a caracterização para o PARU - Plano para a Reabilitação Urbana. Em relação ao Parque da Cegonha, referiu que o município está desenvolver um projeto e esperam que, brevemente, esteja concluído e, se conseguirem, em 2016 avançarão com as respetivas obras.

Vereador Fernando Oliveira:

Em relação à intervenção da membro Teresa Faria, sobre os bairros sociais, referiu que o município está a desenvolver um trabalho que pretende ser diferenciador, na medida em que querem que o investimento que vão fazer não se perca rapidamente. Portanto, começaram com uma vistoria técnica a todas as casas. Já teve uma reunião com os moradores e ouviu os

ATA 01/2016
Reunião Ordinária de 26 de fevereiro de 2016

pontos de vista de quem lá mora, assim como as necessidades. Algumas são simples e já as estão a resolver, nomeadamente, a colocação de placas de sinalização do próprio bairro e os abrigos de passageiros que não existem. Relativamente às intervenções nas casas estão feitas as devidas inventariações para lançarem o respetivo concurso. Dentro de cada bairro vão reservar, também, um espaço próprio para a atividade comunitária. É, então, uma intervenção que se está a fazer em relação ao espaço exterior. No espaço exterior também serão construídas pequenas arrecadações, para cada casa, para que os moradores possam guardar alguns pertences. Como já referiu, a vistoria técnica está feita e estão agora na fase de preparação do caderno de encargos. Depois, far-se-á o lançamento do concurso, que será, seguramente, este ano. A prioridade para este ano é o Bairro Social de Casal Novo. Também já tinha sido feita uma intervenção de urgência no Bairro Social do Moledo. Em relação à intervenção do membro José Tomé, sobre as bolas de estudo, referiu que este ano, como é do conhecimento geral, o município aumentou o montante de atribuição de 10.000,00 € para 15.000,00 €. Foram apresentadas 40 candidaturas, das quais 20 ultrapassavam as capitações estipuladas no Regulamento e uma das candidaturas foi excluída por não cumprir os parâmetros definidos. Deste modo, foram aprovadas 13 candidaturas, o que significa que, eventualmente, terão que fazer mais um reforço. Paralelamente, estão a trabalhar na regulamentação das teses de mestrado e doutoramento relacionadas com a Lourinhã e, oportunamente, esta matéria virá à assembleia. Em relação à intervenção do membro Jorge Sousa, sobre a Startup Lourinhã, referiu que não eram 2, mas sim 5, as empresas que já estavam instaladas na Startup Lourinhã. Dessas 5 já saiu 1. A saída da respetiva empresa (Mushmore Coop, CRL) era previsível dado que a mesma iria passar para as instalações da antiga escola da Abelheira. Uma outra empresa saiu por manifesta confusão daquilo que é o espírito e desenvolvimento empresarial de uma Startup. Portanto, sem ninguém pressionar, a respetiva empresa percebeu claramente que não estava ali naquele contexto. Assim sendo, estão, neste momento, 3 empresas na Startup Lourinhã em pleno funcionamento. Hoje realizaram a 2.^a reunião de acompanhamento e apreciaram 4 candidaturas, tendo aprovado 2 candidaturas, e às outras 2 pediram mais elementos. Pediram mais elementos porque não têm a pretensão de “encher” a qualquer custo a Startup Lourinhã. Provavelmente, se o quisessem fazer, seria relativamente simples. O que pretendem é que, de facto, a utilização da Startup seja uma mais-valia para o concelho e seja uma mais-valia da atividade empresarial com utilização de recursos locais e, portanto, que seja uma fonte de trabalho efetivo, no âmbito do concelho. Desta forma, querem boas ideias, querem bons projetos, planos de negócio,

ATA 01/2016
Reunião Ordinária de 26 de fevereiro de 2016

atividade empresarial e, desta forma, têm tido algum cuidado nas devidas apreciações. Esperam que com tempo apareçam boas ideias de negócio para rentabilizar esta atividade.

Paula Marinho:

Dirigindo-se ao Vereador Vital do Rosário referiu que agora é que, eventualmente, irá ser um pouco mais “rude”, já que o referido Vereador disse que ela (Paula Marinho) estava a tentar desvalorizar o projeto do Parque dos Dinossauros. Ora, ou o Sr. Vereador Vital do Rosário já está no respetivo lugar há tanto tempo que já não sabe qual é o papel da oposição, mais concretamente, questionar quando tem dúvidas, ou então seria bom que o referido vereador se habituasse aos pedidos de esclarecimento e de feedback, e vê-los não como uma crítica no sentido da política do bota-abaixo. Portanto, iniciou a sua intervenção (Paula Marinho) dizendo que não eram contra o parque. Agora, sem pôr em dúvida, de forma alguma, a palavra do Sr. Vereador Vital do Rosário, quer dizer que esta bancada não tem, na sua posse, nada de concreto que esclareça tais dúvidas. Desta forma, têm todo o direito de apresentarem as suas questões. Inclusive, acha que não foram os primeiros a colocar dúvidas em relação ao Parque. Se o projeto fosse um “El Dorado” tão grande, acha que já tinha sido aprovado por unanimidade, pois, segundo tem conhecimento, este projeto não é assim tão recente como isso. Volta a dizer que as questões estão cá, não está de forma alguma a menosprezar e acha que esta bancada já deu mais do que mostras que não criticam só por criticar, e que sempre que criticam é no verdadeiro intuito de uma postura positiva no sentido de obterem os devidos esclarecimentos. Por isso, pede que haja a postura de saber ouvir e de saber esclarecer e esta bancada esclareceu agora.

José Soeiro:

Referiu que existe necessidade de cumprir o código de procedimento administrativo nas respostas às solicitações dos munícipes. Isto porque, já não é a primeira situação que lhe é apresentada e a última refere-se ao ano 2013 e que não teve resposta. Portanto, quer aqui fazer uma chamada de atenção aos serviços, no sentido de se ter que cumprir a lei. Ou se tem resposta e se dá; ou se não se tem uma resposta, diz-se que quando tiverem que comunicam.

PONTO II – Para conhecimento – Declarações no âmbito da LCPA (Lei dos Compromissos e Pagamentos em atraso) ”, nos termos da documentação em anexo.

A Assembleia tomou conhecimento.

PONTO III – Proposta 01 – Discussão e votação da proposta relativa à ”**Ratificação pela Assembleia Municipal do Protocolo de Geminação entre os Municípios da Lourinhã e de Deuil-la-Barre**”, que em baixo se transcreve:

ATA 01/2016
Reunião Ordinária de 26 de fevereiro de 2016

“ASSUNTO: - RATIFICAÇÃO PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO PROTOCOLO DE GEMINAÇÃO ENTRE OS MUNICÍPIOS DA LOURINHÃ E DE DEUIL-LA-BARRE.

O estabelecimento de alianças entre municípios de diferentes países fortalece o crescimento das relações internacionais e possibilita uma ligação dinâmica entre vilas e cidades. As geminações estabelecidas pelo Município da Lourinhã - com o município de Écully, na região francesa de Rhône-Alpes, a 5 de Janeiro 1995, e com o município do Sal, em Cabo Verde a 15 de Setembro de 2006 - visam o estreitamento dos laços de amizade entre as partes e a promoção de relações de cooperação, que se consubstanciaram em intercâmbios escolares e socioculturais e no desenvolvimento de parcerias em projetos de formação, modernização administrativa e desenvolvimento, entre outros.

Com Deuil-la-Barre, situada nas imediações de Paris, foi assinada em 18 de abril de 2009 uma Carta de Amizade com o objetivo de estreitar laços de amizade e cooperação entre os dois municípios, bem como de os fomentar entre as associações, estabelecimentos de ensino e empresas das duas comunidades.

Esta Carta de Amizade, responsável por vários intercâmbios e visitas mútuas, culminou, oficialmente, com a **assinatura do Protocolo de Geminação entre a Autarquia de Deuil-la-Barre e o Município da Lourinhã em 16 de janeiro do corrente**, comprometendo-se os dois municípios a trabalhar de forma concertada, confiante, amigável e duradoura nas áreas culturais, desportivas, económicas e sociais.

Ora, considerando que, nos termos da al. t), do n.º 3 do artigo 25.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, compete à assembleia municipal autorizar a geminação do município com outros municípios;

E, considerando que a celebração do protocolo atrás referida não foi previamente deliberada pela Assembleia Municipal da Lourinhã;

PROPONHO

Em cumprimento da deliberação tomada pela Câmara Municipal, em sua reunião de 11/02/2016, e ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º da Lei 75/2013 e artigo 164.º do CPA, que essa Assembleia Municipal **ratifique** o ato de assinatura do protocolo de geminação celebrado entre a Autarquia de Deuil-la-Barre e o Município da Lourinhã, praticado pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, em 16 de janeiro do corrente

Em anexo: protocolo de geminação.

Lourinhã, 17 de fevereiro de 2016.

O Presidente da Câmara

ATA 01/2016
Reunião Ordinária de 26 de fevereiro de 2016

(*João Duarte Anastácio de Carvalho*) ”

Após uma explanação, por parte do **Sr. Presidente da Câmara**, sobre este assunto, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** tomou a palavra para dizer que os membros que desejassem intervir, poderiam fazer a sua inscrição. Verificaram-se as seguintes inscrições:

INTERVENÇÃO DOS MEMBROS:

Teresa Faria:

Referiu que o Sr. Presidente da Câmara já justificou esta matéria (e bem), aquando da sua explanação. Mas, de facto, as coisas não se devem passar assim. Portanto, com certeza que esta atividade já estava marcada, agendada há muito tempo e planificada, pelo que o documento deveria ter vindo atempadamente. Se o compromisso era o município de Deuil-La-Barre enviar o documento ao município da Lourinhã, o mesmo deveria ter sido enviado com tempo suficiente para ser presente antes à reunião de Câmara e à sessão da assembleia. Acha muito bem que esta geminação se mantenha, mas os procedimentos, neste caso concreto, não foram corretos e há coisas que não devem ser ultrapassadas para o bom funcionamento das instituições.

Ana Caxaria:

Referiu que, se bem que achem que ainda não foi apresentada a esta assembleia nada de objetivo e palpável sobre os resultados desta parceria, desde que as despesas com esta iniciativa não sejam ilógicas, aprovarão em consideração ao espírito desta iniciativa. E já agora, seria bom que esta assembleia fosse informada de quanto já se investiu neste projeto.

Presidente da Câmara:

Referiu que, em relação à informação sobre as despesas e demais informação, não tem na sua posse neste momento, mas irá diligenciar para que sejam entregues, oportunamente, as respetivas informações.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal submeteu à votação a **Proposta 01 – “Ratificação pela Assembleia Municipal do Protocolo de Geminação entre os Municípios da Lourinhã e de Deuil-la-Barre”**, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade, com 28 votos a favor, num universo de 28 presenças.

PONTO IV – Proposta 02 – Discussão e votação da proposta relativa à **“Renovação do parecer favorável emitido pela Assembleia Municipal em sua sessão de 25/09/2015, relativamente à abertura de procedimentos concursais para constituição de reservas de recrutamento para a Coordenação de Educação”** que em baixo se transcreve:

ATA 01/2016
Reunião Ordinária de 26 de fevereiro de 2016

“ASSUNTO: - RENOVAÇÃO DO PARECER FAVORÁVEL EMITIDO PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM SUA SESSÃO DE 25/09/2015, RELATIVAMENTE À ABERTURA DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS PARA CONSTITUIÇÃO DE RESERVAS DE RECRUTAMENTO PARA A COORDENAÇÃO DE EDUCAÇÃO.

Na sequência de deliberação favorável da Assembleia Municipal, de 25/09/2015, foi, por despacho do Presidente da Câmara de 13/10/2015, determinado proceder à abertura dos procedimentos concursais abaixo identificados:

Carreira/ categoria	Vínculo	Atividade	Observações
Assistente Operacional	Tempo indeterminado (tempo inteiro)	Auxiliar de ação educativa no âmbito do Contrato de Execução nº 195/2009 celebrado com o Ministério de Educação.	_____
Assistente Operacional	Termo resolutivo incerto (tempo inteiro)	Auxiliar de ação educativa para acompanhamento direto de crianças com Necessidades Educativas Especiais do pré-escolar, dependente de autorização da DGEstE.	<u>Causa justificativa:</u> alínea f) do nº 1 do art.º 57º da LTFP
Assistente Operacional	Termo resolutivo incerto (tempo inteiro)	Auxiliar de ação educativa para exercício de atividades no âmbito do Contrato de Execução celebrado com o Ministério da Educação ou no âmbito do Apoio à Família, em substituição de trabalhador ausente ou que, por qualquer razão, se encontre temporariamente impedido de prestar serviço, designadamente, situações de doença, acidente de trabalho e licença parental.	<u>Causa justificativa:</u> alínea a) do nº 1 do art.º 57º da LTFP
Assistente Operacional	Termo resolutivo incerto (tempo parcial de 3h30m/dia)	Auxiliar de ação educativa para assegurar a limpeza e manutenção das escolas básicas, conforme o ponto 3 do anexo 3 do Contrato de Execução celebrado com o Ministério da Educação.	<u>Causa justificativa:</u> alínea f) do nº 1 do art.º 57º da LTFP
Assistente Operacional	Termo resolutivo certo (tempo parcial de 3h/dia)	Auxiliar de ação educativa no âmbito do Apoio à Família – Refeições Escolares, para fazer face a aumento excecional e temporário desta atividade.	<u>Causa justificativa:</u> alínea h) do nº 1 do art.º 57º da LTFP <u>Duração:</u> 1 ano (com possibilidade de renovação)

Atendendo que, nos termos do nº 3 do art.º 64º da Lei nº 82-B/2014, de 31/12 (Lei Orçamento de Estado para 2015, ainda em vigor), a autorização da Assembleia Municipal supra

ATA 01/2016
Reunião Ordinária de 26 de fevereiro de 2016

mencionada é válida por um prazo de 6 meses contados da data da sua emissão, e deve ser renovada quando necessário;

Atendendo que todos os pressupostos na deliberação de 25/09/2015 se mantêm e que a tramitação dos procedimentos concursais referidos está a decorrer;

Considerando ainda a imprescindibilidade de, em setembro/2016, se suprirem eventuais necessidades de pessoal não docente a partir das reservas de recrutamento a constituir através destes procedimentos concursais para pleno cumprimento das obrigações do Município da Lourinhã na área da educação,

Assim, em cumprimento da deliberação tomada pela Câmara Municipal, em sua reunião de 11/02/2016,

PROPONHO

*Ao abrigo do disposto nos nºs 3 e 4 do art.º 64º da Lei do Orçamento de Estado para 2015, que essa Assembleia Municipal **renove** a autorização concedida para abertura dos procedimentos concursais para constituição de reservas de recrutamento, acima identificados, também a candidatos sem relação jurídica de emprego público previamente estabelecida, com base nos fundamentos aqui invocados.*

Lourinhã, 17 de fevereiro de 2016.

O Presidente da Câmara

(João Duarte Anastácio de Carvalho)”

Após uma explanação, por parte do **Sr. Presidente da Câmara**, sobre este assunto, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** tomou a palavra para dizer que os membros que desejassem intervir, poderiam fazer a sua inscrição. Não se verificaram inscrições.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal submeteu à votação a **Proposta 02 – ”Renovação do parecer favorável emitido pela Assembleia Municipal em sua sessão de 25/09/2015, relativamente à abertura de procedimentos concursais para constituição de reservas de recrutamento para a Coordenação de Educação”**, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade, com 27 votos a favor, num universo de 27 presenças.

Estava ausente aquando da votação 1 membro.

PONTO V – Proposta 03 – Discussão e votação da proposta relativa à **”Aquisição de Serviços para fornecimento de refeições escolares às crianças da educação pré-escolar e do ensino básico para os anos letivos 2016/2017 e 2017/2018, a desencadear ao abrigo do Acordo Quadro n.º 4/2013 CC-Oeste – Lote 1, celebrado pela Central de Compras da**

ATA 01/2016
Reunião Ordinária de 26 de fevereiro de 2016

Comunidade Intermunicipal do Oeste / Autorização Prévia para assunção de compromisso plurianual”, que em baixo se transcreve:

“ASSUNTO: - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES ÀS CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E DO ENSINO BÁSICO PARA OS ANOS LETIVOS **2016/2017 E 2017/2018**, A DESENCADear AO ABRIGO DO ACORDO QUADRO N.º 4/2013 CC-OESTE – LOTE 1, CELEBRADO PELA CENTRAL DE COMPRAS DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO OESTE / AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL.

1. Na sequência do despacho exarado na Informação N.º 868/2016 da Coordenação de Educação, que se anexa, foi determinado que este serviço encetasse as devidas diligências necessárias à abertura de procedimento pré-contratual.

2. Previamente à decisão de contratar, para cumprimento do art.º 6.º da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA), aprovada pela Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março e regulamentada através do Decreto-Lei n.º 127/12, de 21 de junho e, ainda do art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, será necessário obter, da Assembleia Municipal, a autorização para a assunção de compromissos plurianuais.

3. Neste contexto, o Município de Lourinhã pretende contratar os serviços descritos a uma empresa do mercado, especializada nessa área. Esta escolha encontra-se devidamente fundamentada na informação acima referida, cuja vigência contratual se presume iniciar no mês de setembro do ano económico de 2016 e se perpetuará pelos anos económicos de 2017 e 2018.

4. O referido procedimento, expressa-se nos pontos abaixo, num resumo que evidencia os dados chave do mesmo, nomeadamente ao nível da tipologia do procedimento, preço base, período de vigência e imputação plurianual do mesmo:

- Considera-se convidar a apresentar propostas as entidades selecionadas no Lote 1 – Fornecimento e distribuição de refeições Escolares em regime de confeção local, ao abrigo do acordo quadro previamente celebrado, com vista à celebração de contrato, nos termos do artigo 259.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de Janeiro, na sua atual redação: – “Acordo Quadro nº4/2013 CC-Oeste – Fornecedores de Refeições Escolares”, promovido pela Central de Compras da Comunidade Intermunicipal do Oeste, a qual integramos como entidade aderente.
- O valor base estimado para efeitos de concurso totaliza, assim, para um período de dois anos o valor global de 819.300,00 €;

ATA 01/2016
Reunião Ordinária de 26 de fevereiro de 2016

- O contrato a ser celebrado, face ao início do período de vigência, estima-se o referido valor dividido pelos anos de 2016, 2017 e 2018, como se resume:

Ano 2016: 155.000,00 €;

Ano 2017: 409.600,00 €;

Ano 2018: 254.700,00 €.

a) A estes valores acresce o IVA. à taxa legal em vigor.

- Despesa prevista no orçamento para o ano 2016 com a classificação orgânica 0102 e classificação económica 020105, patente nas GOP's 2.1.2 2006/74 2/. Requisição Interna nº 261 de 05-02-2016, documentos que se anexam à presente informação;

- Após autorização, será assumido o compromisso de inscrever os encargos respeitantes aos anos seguintes no documento de despesa para os anos respetivos, conforme declaração de encargos orçamentais diferidos a ser emitida aquando da celebração do contrato.

Em face do acima exposto, e considerando que o procedimento adotado com vista à contratação cumpre todas as disposições legais e regulamentares aplicáveis,

PROPONHO

Em cumprimento da deliberação tomada pela Câmara Municipal, em sua reunião de 11/02/2016, e nos termos das disposições legais suprarreferidas, que essa Assembleia Municipal **emita autorização prévia para a autorização do compromisso plurianual, conforme acima exposto.**

Lourinhã, 17 de fevereiro de 2016.

O Presidente da Câmara

(João Duarte Anastácio de Carvalho)

Após uma explanação, por parte do **Sr. Presidente da Câmara**, sobre este assunto, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** tomou a palavra para dizer que os membros que desejassem intervir, poderiam fazer a sua inscrição. Verificaram-se as seguintes inscrições:

INTERVENÇÕES DOS MEMBROS:

José Monroy:

Referiu que há pouco ouviu com atenção aquilo que foi dito pelo munícipe Luís Gomes da Cruz e às vezes tem que concordar com o referido munícipe, quando o mesmo diz que se trata de um tema delicado, porque está, realmente, em causa a saúde das crianças. Concorda com o munícipe pelas afirmações que fez em relação à existência de algumas críticas dos pais sobre esta matéria. Quando leu esta proposta, leu-a atentamente e acha que a proposta está muito bem feita, pois controla realmente a qualidade e a quantidade dos alimentos, e está tudo

ATA 01/2016
Reunião Ordinária de 26 de fevereiro de 2016

dependente da fiscalização. No entanto, não controla a qualidade das refeições, porque uma coisa é a qualidade e quantidade dos alimentos, que é fiscalizada, outra coisa tem a ver com a qualidade das refeições. Ou seja, quer o equilíbrio diatéutico, quer a diversidade das refeições que são fornecidas, está dependente de uma coisa que se chama as ementas e as mesmas não constam da proposta. Julga que tem sido hábito que são as empresas que apresentam as ementas e que depois são aprovadas pela câmara. Julga que isto não se deveria fazer. O correto era: a Câmara deveria ter as ementas feitas, que, para o efeito, falaria com um técnico. Não é muito difícil. Julga que se pode ter boa comida dieteticamente equilibrada por pouco dinheiro. Quando se está aqui a comprar alguma coisa em que, no âmbito do concurso é o pagar menos, ninguém vai ao restaurante e diz: *“eu quero ser servido e pagar o mínimo possível”*. Com certeza que irá ter má qualidade de serviço! Portanto, julga que a Câmara, para garantir a qualidade das refeições que são fornecidas às crianças, deveria fazer primeiro as ementas e as mesmas serem definidas para o período todo. As ementas deveriam ser feitas por técnicos nutricionistas ou pelo menos poderiam melhorar as ementas anteriores. Deveriam ser incluídos alimentos, pois estão numa zona rica em hortícolas e as refeições que são fornecidas têm pouca qualidade e quantidade de hortícolas. As sopas levam quase só água, têm poucas hortícolas. Julga que para crianças desta idade, destes grupos etários, era importante que isso fosse pensado doutra forma. Portanto, volta a frisar, acha que a Câmara, se quer ter o mínimo de qualidade nas refeições, para além da fiscalização, deve ser a Câmara a apresentar as ementas. Deste modo, como desta proposta não constam as ementas, a bancada do PSD não irá votar favoravelmente esta proposta.

Vereador Fernando Oliveira:

Começou por referir que compreende algumas das questões que foram colocadas. Este tema tem sido, ultimamente, recorrente e tem sido uma preocupação do município, sobretudo desde que começaram a preparar o novo contrato de fornecimento de refeições para o próximo biénio. É verdade que têm recebido algumas reclamações, mas gostaria de dizer, para que fiquem todos tranquilizados, que o número de reclamações vs o número de refeições servidas não tem muita expressão. É evidente que há sempre questões de gosto e pode entender que existam essas questões. Aliás, curiosamente, na última reunião que realizaram com a Associação de Pais, duas encarregadas de educação provaram a sopa, uma gostou e a outra não gostou. Isto no mesmo sítio e na mesma circunstância. Portanto, o caderno de encargos está a ser preparado para servir refeições desde o pré-escolar ao 9.º ano e têm que ter algum cuidado nessa perceção, porque aquilo que pode ser mais razoável para crianças do 9.º ano

ATA 01/2016
Reunião Ordinária de 26 de fevereiro de 2016

pode não ser para crianças do pré-escolar. As ementas são as mesmas e as preparações são as mesmas e, portanto, têm que estar adequadas a servir toda a idade escolar, obviamente mudando as capitações. O município trabalhou com as associações de pais e aceitou de braços abertos a colaboração que as mesmas se dispuseram a dar, sem qualquer tipo de problema, com transparência total, com acesso total aos refeitórios, identificando, criticando, validando algumas situações. Fizeram a análise dos relatórios que a associação de pais entregou e tiveram já uma reunião com a empresa, dietistas e nutricionistas. Portanto, discutiram esta matéria com uma equipa alargada. A questão das ementas é fundamental e as mesmas estão atualmente definidas. Mas as ementas não estão no caderno de encargos porque são ementas tipo, sendo definidas para 8 semanas, com uma rotação de 8 em 8 semanas. Portanto, não estão ainda no caderno de encargos porque, no âmbito do trabalho que têm vindo a desenvolver, vão até ao final do ano propor outras ementas à empresa Uniself, que aceitou de bom agrado e tem vindo a trabalhar ativamente nesta matéria, inclusivamente sem saber se vai ganhar o próximo concurso. Nessa medida, não é isso que está em causa. O trabalho é de análise e de preparação dessas ementas. Vão fazer aquilo que chamam as ementas de verão e, deste modo, vão trabalhá-las e vão introduzir inovações para apurar o grau de aceitação que as mesmas possam ter e, por conseguinte, validar algumas em detrimento de outras, para depois fundamentarem melhor essas opções. Também o concurso “As sopas lá de Casa” pode ajudar na preparação de ementas, pois pretende-se incluir algumas dessas sopas (as mais apreciadas) nos menus. Portanto, estas 8 ementas tipo vão ser, oportunamente, definidas. Para o efeito, estão a trabalhar nas respetivas ementas e vão ser definidas com o apoio da empresa, das dietistas e das nutricionistas. Vão ser validadas pelas associações de pais e vão ser validadas pelos próprios alunos, porque querem experimentar nesta fase até ao final do ano letivo. No concurso também está previsto a alteração de alguns produtos, no sentido de eliminarem e acrescentarem produtos, permitidos pelo Ministério da Educação. Trata-se de um trabalho complexo, pois é sempre difícil agradar a toda a gente. Nos refeitórios são utilizados o mesmo tipo de produto, a forma de confeção é a mesma, a ementa é igual, e nuns não têm qualquer reclamação, e noutros refeitórios podem existir reclamações. Isto às vezes tem a ver com o gosto, com hábitos culturais, enfim, com diferentes situações. Mas estão atentos e estão a procurar que sejam feitas da melhor maneira possível. Estão também a tentar introduzir, mais ativamente, o aspeto da formação, mais concretamente, a formação das cozinheiras que preparam o produto. Isto para que as confeções dos produtos sejam feitas sempre da mesma forma por todos os que confeccionam

ATA 01/2016
Reunião Ordinária de 26 de fevereiro de 2016

as refeições, sobretudo por questões de gosto. Outra questão é o empratamento, isto é, a forma de como é disposto o produto à apreciação do utente. Há, efetivamente, aqui introduções que têm que ser feitas e estão a apostar claramente na área da formação. Portanto, pretendem melhorar a forma de empratamento, isto é, melhorar a forma de apresentação das refeições. O trabalho que estão a desenvolver é contínuo e estão a fazer com as associações de pais e com a empresa e, desta forma, estão todos imbuídos de um espírito construtivo, no sentido de colocar as melhores ementas ao dispor dos alunos. Não está aqui em causa o preço. É bom que se diga que é verdade que o concurso é ao melhor preço. Mas o preço (só para terem uma noção) que colocaram no concurso do biénio anterior foi claramente diminuído pela empresa que ganhou. O município não discutiu isso, apenas colocaram um target e a empresa pôs bastante mais abaixo. A Câmara só tem que exigir depois o cumprimento rigoroso do caderno de encargos e das formas de como ele deve ser feito. Do ponto de vista da quantidade, o município acompanha as pesagens das refeições de uma forma aleatória, mas de uma forma permanente. Do ponto de vista dietético e das calorias, o controle é feito pela dietista da empresa que manda para a análise e o município valida ou não.

José Monroy:

Referiu que a situação tem a ver, precisamente, com aquilo que disse anteriormente, isto é, se se quer comprar determinado produto tem que dizer o que pretende comprar. Se isto é um concurso, em que o valor mais baixo é que ganha, à partida tem que se dizer o que se quer que seja fornecido e que seja adequado dieteticamente. Não é a empresa que deve ter essa responsabilidade, caso contrário é a empresa que manda no produto que está a fornecer. Neste caso já não se trata de um concurso, pois já está definida uma empresa. Se estão a falar de um concurso têm que criar situações iguais para todos e que ganhe o que apresentar o melhor preço e que forneça o que a Câmara quer que seja fornecido. Mas para isso têm que definir o que se pretende que seja fornecido. Portanto, as ementas têm que ser feitas pela Câmara e a empresa tem que fornecer as ementas que o município definir. Julga que as coisas têm que ser feitas assim, mas estão a ser feitas ao contrário. Nessa medida, não concorda com aquilo que o Sr. Vereador Fernando Oliveira referiu.

Filomena Frade:

Referiu que sobre este assunto gostaria de acrescentar 2 coisas, pois, pensa, que poderá esclarecer a opinião que a bancada do PSD tem sobre esta matéria. Portanto, observando o caderno de encargos e aquilo que está a concurso, parece-lhes que é possível qualquer

ATA 01/2016
Reunião Ordinária de 26 de fevereiro de 2016

empresa cumprir o referido caderno de encargos, sem, por exemplo, apresentar uma grande rotatividade nos pratos, dado que a ementa não faz parte dele. Ou seja, se cumprirem os ingredientes e as capitações poderão ter, por exemplo, empadão ou arroz de atum várias vezes por semana ou durante vários dias, porque não está definida a rotatividade ou o número de vezes que esse prato pode ser feito. Por outro lado, em relação aos ingredientes, não são os ingredientes que estão aprovados, mas, por aquilo que tem sido também as opiniões que lhe têm chegado, é que muitas das matérias-primas são congeladas, o que é aceitável. Mas no caso do conelho da Lourinhã pensa que há interesse em defender, pelo menos, que as hortícolas sejam produtos frescos e, por conseguinte, pudessem confeccionar as saladas ou os legumes desta forma. Portanto, se as hortícolas forem produtos frescos evitar-se-ia o uso de produtos congelados, deixando isso para o peixe e para a carne.

Vereador Fernando Oliveira:

Referiu que, sinceramente, tem alguma dificuldade em acompanhar as intervenções que foram feitas. Portanto, as hortícolas e os frescos são, efetivamente, frescos e não são congelados. Estes produtos são entregues diariamente na central de compras da própria empresa. Esta situação é verificada. Já teve a oportunidade de referir que o município acompanha a pesagem e a verificação dos produtos e pode garantir o que está a afirmar. Existem, efetivamente, alguns produtos congelados, porque a empresa tem que ter também alguns produtos congelados para a preparação das refeições. Tentam evitá-los sempre que possível, mas alguns têm que ser, como é óbvio. Não há volta a dar. Prepara-se cerca de 2000 refeições diariamente e a empresa tem que ter os respetivos mecanismos de funcionalidade. Por outro lado, também alguns entendidos dizem que o produto congelado é tão bom como o fresco, desde que cumpra todas as regras e normas estabelecidas. A questão da rotação disse na sua intervenção que são 8 ementas que são definidas. Isto significa uma rotação de 2 em 2 meses. Também não é a empresa que define as ementas. As ementas são definidas conjuntamente entre a Câmara e a empresa. Não é razoável proporem a concurso 8 ementas, porque depois também não as podem trabalhar, modificar ou ajustar a qualquer momento. Aliás, o próprio caderno de encargos também prevê que a própria empresa possa propor, por razões ponderadas e justificadas, alterações de ementa, caso haja, por exemplo, falta de produto, entre outras razões. Portanto, ficariam amarrados a uma situação muito complicada. Agora são 8 ementas. Estão definidos e foram retirados alguns produtos por comum acordo, na sequência do trabalho que têm vindo a desenvolver com a Associação de Pais, com a empresa, com as nutricionais, com as dietistas e com todos os envolvidos. Trata-se de um

ATA 01/2016
Reunião Ordinária de 26 de fevereiro de 2016

trabalho que irão continuar a desenvolver. Irão introduzir novas ementas até ao Verão. Vão testar sabores, vão testar formas de confeccionar, entre outras situações. Crê que estão a fazer o melhor trabalho possível. Estarem a definir 8 ementas no concurso e depois as mesmas, no meio do ano, poderem vir a ser alteradas é uma situação que não é viável ao nível do concurso. Portanto, estas são as regras e as empresas estão acreditadas, no âmbito da plataforma da OesteCIM. Trata-se de empresas idóneas e credíveis. Qualquer situação que fuja a estes parâmetros, existem relatórios escritos pelo município que registam essas situações. As empresas podem, inclusivamente, perder a possibilidade de concorrer em outras plataformas. Deste modo, as mesmas, decerto, que não se sujeitam a esse tipo de situações. Se lhe perguntarem se foram detetadas coisas que não estavam bem. Responde que, efetivamente, detetaram. Nessa medida, chamaram a atenção e tiveram reuniões para resolver esses problemas. É esse o trabalho do município. Podem sempre acontecer coisas menos boas, por exemplo, a Sr.^a Cozinheira deixar queimar a sopa 2 vezes. É verdade! Mas são acidentes que acontecem quando se está a confeccionar um número elevado de refeições. Mas estes são aspetos formais da atenção que o município deve ter e que tem no dia-a-dia. A preocupação do município é dar a melhor refeição possível. Não está em causa outra questão que não seja esta! Desejam, efetivamente, que as refeições sejam equilibradas ao nível da qualidade e da quantidade. Por isso, acompanham o processo e tentam agir da melhor forma possível, colaborando e recolhendo apoios das associações de pais, que fiscalizam, verificam e tiram fotografias abertamente. Aliás, a própria Associação de Pais elogiou a abertura que o município deu para esta situação. O município agiu de uma forma transparente e procurou a melhor solução possível. Neste contexto, afiança que vão tentar obter as melhores refeições possíveis dentro do preço concursal.

José Tomé:

Referiu que acha extremamente interessante este debate e releva aqui a seguinte questão: esta situação só é possível com a descentralização, porque assim estão mais próximos e podem desenvolver este trabalho em conjunto que o Vereador Fernando Oliveira relevou, mais concretamente, o trabalho que está ser feito com as associações de pais e a preocupação sistemática que há em prestar o melhor serviço em relação à alimentação, que sempre foi e que continua a ser extremamente importante. Mas, como disse, realça a questão da descentralização, isto porque, neste momento têm no concelho da Lourinhã um serviço de refeições que é prestado na escola secundária, cujo concurso foi elaborado pelo Ministério da Educação e, de facto, neste caso tem havido grandes problemas. Têm existido muitos

ATA 01/2016
Reunião Ordinária de 26 de fevereiro de 2016

problemas na prestação deste serviço, onde a direção da escola está praticamente manietada para resolver de forma célere, porque tem sempre que reportar as ocorrências ao Ministério da Educação. Depois não há uma ação célere por parte do Ministério em resolver as coisas junto da empresa fornecedora. Portanto, nas restantes escolas há, de facto, um ganho com a descentralização e crê que estão, nesse aspeto, no bom caminho. Não queria voltar a referir que os documentos devem ser lidos com atenção, mas permitam-lhes que diga que o ponto 4.1 do caderno de encargos fala das ementas. Portanto, o mesmo refere a elaboração das ementas em conformidade com o modelo definido pela Câmara. Ora, refere quais são os produtos que têm que constar e existe a indicação dos respetivos produtos. Portanto, essas situações estão escritas e salvaguardadas e têm que ser cumpridas. Obviamente, que em cada escola existe um responsável que faz esse controle diário junto da cozinha. O que há muito é o “não gosto”. Pode dizer que no agrupamento no qual presta serviço há uma abertura total para os pais irem comer ao refeitório. Nessa medida, podem evidenciar o processo e darem as suas opiniões. Decerto que encontrarão sempre coisas que podem melhorar. Agora, considera que não é razoável dizerem que há coisas que não estão, quando as mesmas constam do caderno de encargos. Na sua opinião, o que está no caderno de encargos permite concretizar com perfeição todo o processo. Avançou-se muito ao nível das refeições escolares e o caminho faz-se desta forma, ano a ano, processo a processo, e há sempre coisas que se vai melhorando e crê que isso está aqui evidenciado. Relativamente à higiene, há um controle muito apertado. O funcionário da empresa tem que registar todos os alimentos e as suas condições de forma rigorosa. Para o efeito, existem documentos que têm que estar disponíveis, pois se houver algum problema é necessário verificar o que aconteceu, pois estão definidas as responsabilidades.

Presidente da Junta de Freguesia de Santa Bárbara:

Referiu que não tinha intenções de intervir, mas como o tema está diretamente ligado à sua área profissional gostava de apresentar algumas considerações e uma opinião para futuro. Relativamente a procedimentos concursais na área alimentar (e não só), por vezes adota-se a medida que o valor base é o valor mínimo. Muitas entidades públicas agem desta forma, nomeadamente, a empresa que entregar o valor igual ao base ou superior, mas que seja o menor, em menor tempo, poderá vencer, mas terá que cumprir com todas as condições. Se entregar abaixo do valor base terá que entregar justificação por que razão chegou a esse valor base. É lógico que esse valor base terá que ser calculado e pensado, já existindo aqui algum histórico. É uma opção que deixa à consideração para se pensar em termos de futuro. Ajuda a

ATA 01/2016
Reunião Ordinária de 26 de fevereiro de 2016

controlar um pouco algumas questões de qualidade que não conseguem controlar. É importante que a Câmara continue a controlar o mais possível todas as questões que pode controlar. Relativamente à higiene, não há nada mais do que fazer cumprir a legislação que existe e que é bastante apertada. Dever-se-á rever sempre, o melhor possível, todo o procedimento. Importa, como é óbvio, garantir qualidade e segurança alimentar. Cada vez mais caminha-se para a parte nutricional e, nessa medida, é importante que todos trabalhem um pouco melhor, não só se a criança gostou mais ou menos, isso não é muito relevante em algumas situações.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal submeteu à votação a **Proposta 03 – ” Aquisição de Serviços para fornecimento de refeições escolares às crianças da educação pré-escolar e do ensino básico para os anos letivos 2016/2017 e 2017/2018, a desencadear ao abrigo do Acordo Quadro n.º 4/2013 CC-Oeste – Lote 1, celebrado Pela Central de Compras da Comunidade Intermunicipal do Oeste / Autorização Prévia para assunção de compromisso plurianual”**, tendo a mesma sido aprovada, por maioria, com 22 votos a favor e 6 votos de abstenção, num universo de 28 presenças.

PONTO VI – Proposta 04 – Discussão e votação da proposta relativa ao **“Reconhecimento de Interesse Público municipal para regularização de exploração de inertes_ expansão / Barranca – Sociedade Britas, Ld.ª”**. Esta Proposta foi retirada da presente Ordem de Trabalhos (vide pág. 5 da presente ata).

PONTO VII – Proposta 05 - Discussão e votação da proposta relativa ao **“Reconhecimento de Interesse Público municipal para regularização de atividade de pecuária / Joaquim Luís dos Reis”**, que em baixo se transcreve:

“ASSUNTO: - RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL / JOAQUIM LUÍS DOS REIS.

Tendo por base:

a) O parecer técnico prestado pela Divisão de Ordenamento do Território, Urbanismo e Ambiente (DOTUA - Registo n.º 43/2016); **b)** O parecer do Chefe da DOTUA (exarado no referido parecer técnico, datado de 05/02/2016) e; **c)** Os fundamentos apresentados pelo requerente através do requerimento (Registo n.º 43/2016, de 05/01/2016), que se anexam à presente proposta, a Câmara Municipal, em sua reunião de **11/02/2016**, deliberou concordar com a emissão de certidão de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal, para regularização da atividade pecuária, necessária para a instrução do seu processo de regularização, nos termos da alínea a), do n.º 1, do artigo 1.º, conjugado com alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do D.L. n.º 165/2014.

ATA 01/2016
Reunião Ordinária de 26 de fevereiro de 2016

Assim, nos termos dos preceitos legais supra mencionados e atentos os fundamentos apresentados pelo requerente, JOAQUIM LUÍS DOS REIS,

PROPONHO,

Que, essa Assembleia Municipal, em face do exposto, reconheça a atividade em causa de Interesse Público Municipal, nos termos e para os efeitos previstos no DL n.º 165/2014, de 5 de novembro.

Lourinhã, 17 de fevereiro de 2016.

O Presidente da Câmara

(João Duarte Anastácio de Carvalho)

Após uma explanação, por parte do **Sr. Presidente da Câmara**, sobre este assunto, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** tomou a palavra para dizer que os membros que desejassem intervir, poderiam fazer a sua inscrição. Verificaram-se as seguintes inscrições:

INTERVENÇÃO DOS MEMBROS:

José Soeiro:

Referiu que, segundo pôde apurar através da informação que lhe foi fornecida, a distância entre a exploração dos coelhos às habitações é cerca de 150 metros. Por outro lado, consta no PDM atual que este tipo de explorações tem que estar a mais de 200 metros. Depois verificou que a respetiva exploração começou a laborar em 1997 e os proprietários têm grandes dificuldades em passar a exploração para outro local. É referido ainda que têm um filho que tem uma exploração similar. Quanto à criação de postos de trabalho trata-se de uma empresa familiar unipessoal. Refere-se ainda a passagem de uma linha de água que só tem água quando chove. Portanto, a ilação que tira é que não se trata, efetivamente, de um problema de utilidade pública. O problema é a salvaguarda de uma situação que existe desde 1997. Em 1998 foi contrariada pelo PDM aprovado e continuou a existir, isto é, continuou a laborar e, certamente, os proprietários já não são pessoas novas e não têm mais que fazer. Eventualmente, até dão trabalho, mas estando na periferia do concelho, não sabe se as pessoas pertencem ao concelho ou não. Portanto, a situação que está aqui em causa é pedir à Assembleia Municipal que resolva um problema que deveria ter sido resolvido pela autarquia já há bastantes anos. Para esse efeito, está-se a utilizar a tal legislação fantasiosa do “PAF” para justificar e legalizar um conjunto de ilegalidades. Considera que é uma legislação fantasiosa do “PAF” e a mesma foi feita precisamente para isto. É bom que os Srs. do PSD e CDS assumam o que fizeram, pois fizeram esta lei, como a lei dos compromissos e outras, precisamente, para isto, nomeadamente, para a Assembleia legalizar o que estava ilegalizado. Pergunta: Isto é

ATA 01/2016
Reunião Ordinária de 26 de fevereiro de 2016

realmente de interesse municipal? Se pensassem em interesse municipal tinham que começar a falar, dado que não existem acessos, embora seja a população que cedeu tantas vezes a maioria absoluta aos governos que fizeram as estradas.

Joaquim Barbosa:

Referiu que, apesar de terem a noção que o executivo não pode controlar quando e se um Decreto-Lei é revogado ou não, por esse motivo devem também ter um maior cuidado quando garantem que uma suposta revogação vai de certeza ter lugar como a que se refere ao reconhecimento de interesse público de determinadas atividades. Isto porque, garantiram-lhes na última assembleia que a empresa Ribeirada seria a única e última a pedir esse reconhecimento. Mas, como aqui verificam, não é esse o caso. No entanto, e porque perceberam que tanto o prazo da revogação do Decreto-Lei como o porquê desta proposta ser necessária a nível administrativo e burocrático, mas por uma questão de equidade, como se absteram na decisão da Ribeirada para dar o benefício da dúvida, irão votar da mesma forma nesta proposta. Tal como o deram no caso da Obrana, mas, verdade seja dita, continua por se concluir das vantagens do Interesse Municipal da mesma.

João Ferreira:

Referiu que para este caso considera a expressão “Interesse Municipal” um pouco forçada, mas foi a expressão que o legislador utilizou e que tem sido utilizada para resolver muitos problemas. Não se pode pôr ao mesmo nível do interesse municipal do assunto da Barranca ou de outro tipo de atividade. Esta atividade, na sua opinião, conta com uma poluição e um impacto ambiental completamente diferente, sendo esta figura jurídica utilizada, sobretudo, para legalizar do ponto de vista administrativo uma produção (neste caso uma cunicultura) que está implantada em zona de RAN ou de REN. É a única forma de resolver a situação, isto porque, o processo não foi devidamente encaminhado, dado que foi implantada numa zona aonde não era permitido, em termos PDM, e agora é necessário resolver este problema. Efetivamente, não lhe parece que esta situação, em termos de impacto ambiental, seja assim tão nefasto quanto isso, porque parece que reúne todos os requisitos. Portanto, acha que é de aprovar esta situação, embora o interesse público municipal aqui seja para ultrapassar esses obstáculos administrativos.

O Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** submeteu à votação a **Proposta 05 – “Reconhecimento de Interesse Público municipal para regularização de atividade de pecuária / Joaquim Luís dos Reis”**, tendo a mesma sido aprovada, por maioria, com 22 votos a favor e 6 votos de abstenção, num universo de 28 presenças.

ATA 01/2016
Reunião Ordinária de 26 de fevereiro de 2016

O Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** propôs que o Ponto VIII (Proposta 06) e Ponto IX (Proposta 07) fossem discutidos em conjunto, embora votados separadamente. A Assembleia aprovou a proposta apresentada pelo Sr. Presidente da Assembleia.

PONTO VIII – Proposta 06 - Discussão e votação da proposta relativa à “**Afetação ao domínio público municipal de uma parcela de terreno com a área de 1.985,00 m², a desanexar do prédio inscrito na matriz sob o artº 49º, da Secção H, da freguesia do Reguengo Grande, denominado de Somas, para construção de novo acesso pela Sociedade Agro-Pecuária do Tardete, Lda**”, que em baixo se transcreve:

“Assunto: Afetação ao domínio público municipal de uma parcela de terreno com a área de 1.985,00 m², a desanexar do prédio inscrito na matriz sob o artº 49º, da Secção H, da freguesia do Reguengo Grande, denominado de Somas, para construção de novo acesso pela Sociedade Agro-Pecuária do Tardete, Lda.

CONSIDERANDO QUE:

1. *A sociedade Agro-Pecuária do Tardete, Lda é dona e legítima proprietária do prédio rústico inscrito na respetiva matriz sob o artº 49º, da Secção H, da freguesia do Reguengo Grande, conforme consta da fotocópia da certidão permanente, em anexo.*
2. *É também proprietária dos prédios rústicos e do prédio urbano inscritos nas respetivas matrizes sob os artºs 65º/H, 77º/G e 2.325º, nos quais desenvolve atividades agro pecuárias, integralmente abrangidas pelo seu objeto estatutário, conforme consta das certidões permanentes correspondentes, em anexo.*
3. *A empresa é ainda proprietária de mais 4 explorações de suinicultura, as quais se encontram dispersas pelas localidades das Cezaredas e pretende centralizá-las num único local, pelo que deu entrada nesta Câmara de um pedido de alteração e ampliação da agro-pecuária a funcionar no seu prédio urbano supra citado e a cujo Processo foi atribuído o nº 362/2015.*
4. *No âmbito desse Processo e de modo a viabilizar a sua pretensão, propôs a cedência de uma parcela de terreno com a área de 1.985,00 m², a desanexar do seu prédio rústico inscrito na respetiva matriz sob o artº 49º, da Secção H, da freguesia do Reguengo Grande, destinada à construção de um novo acesso localizado a norte da sua propriedade.*
5. *Em troca, o Município de Lourinhã cederia à sociedade requerente, uma parcela de terreno com a área de 735,00 m², correspondente ao troço do caminho público de terra batida que atravessa os prédios da requerente, designadamente a sul do artº 49º/H e a norte do artº 65º/H,*

ATA 01/2016
Reunião Ordinária de 26 de fevereiro de 2016

o qual se encontra integrado no domínio público rodoviário do Município de Lourinhã e entronca na Estrada das Cezaredas com ligação aos Casais de Vale Paio.

6. O troço do caminho existente de terra batida carece de infra-estruturas adequadas, tem um percurso sinuoso, em que o trânsito faz-se numa faixa de rodagem apenas, com um pavimento em muito mau estado, alaga quando há ocorrência de pluviosidade ficando intransitável devido à impermeabilização dos solos, fatores que estão a originar o seu desuso progressivo e de perder o seu caráter público.

7. O novo troço do caminho que se propõe construir a norte da sua propriedade manteria a ligação entre a Estrada das Cezaredas aos Casais de Vale Paio, seria executado em tout-venante, com um perfil de arruamento mais adequado em linha reta e dimensões regulamentares, com bermas e em que o trânsito se faria em duas faixas de rodagem, resultando num acesso mais fácil e adequado aos confinantes e restante população do concelho.

8. Vai igualmente ceder uma parcela de terreno com a área de 430,00 m², a desanexar do prédio inscrito sob o artº 49º/H/Reguengo Grande, destinada ao alargamento do troço do arruamento existente designado de Estrada das Cezaredas que confronta a poente do mesmo, como resultado da licença a conceder.

9. A Câmara, confirma o interesse público na permuta das parcelas citadas, subjacente ao projeto da sociedade de centralizar todas as unidades de exploração agro-pecuária nessa área, uma vez que dará origem a um impacto ambiental menor para a zona e para a população, à qualidade do ambiente e o ordenamento do território, à defesa hígio-sanitária dos efetivos, à salvaguarda da saúde e segurança de pessoas e bens, ao respeito pelas normas do bem-estar animal, num quadro de sustentabilidade e de responsabilidade social, com a criação de mais postos de trabalho e cedência de habitação aos empregados mais carenciados.

Assim, torna-se necessário proceder à afetação ao domínio público municipal da parcela de terreno à qual foi atribuído o valor de 6.132,50 € pela Comissão de Avaliação de Prédios Municipais, identificada nas plantas que se juntam, as quais se dão por integralmente reproduzidas, assim como o respetivo Relatório de Avaliação.

Nestes termos,

PROPONHO

*A fim de se promoverem as alterações cadastrais e os registos necessários, que a Assembleia Municipal, em conformidade com a deliberação tomada pela Câmara Municipal em 11/02/2016 e, ao abrigo das disposições conjugadas **do artigo 33º, n.º 1, alínea ccc) e do***

artigo 25º, n.º 1, alínea q), todos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro AUTORIZE esta Câmara Municipal a afetar ao Domínio Público Municipal a referida parcela de terreno com a área de 1.985,00 m², devendo-se para o efeito:

1. Proceder à Publicação e Afixação dos Editais nos locais habituais;
2. E não havendo Reclamações promover as inscrições e alterações correspondentes no cadastro e na Conservatória do Registo Civil, Predial, Comercial e Automóveis de Lourinhã.
3. Efetuar a permuta das parcelas emergentes, devendo a requerente suportar os encargos relativos com os respetivos processos, designadamente com a Escritura ou Contrato, os registos e impostos, bem como com a construção e alargamento dos arruamentos.

Lourinhã, 19 de fevereiro de 2016.

O Presidente da Câmara

(João Duarte Anastácio de Carvalho) ”

PONTO IX – Proposta 07 - Discussão e votação da proposta relativa à “Desafetação do domínio público municipal para o domínio privado municipal de uma parcela de terreno com a área de 735,00 m², correspondente ao troço do caminho no sítio do Casal Tardete ou Somas, freguesia do Reguengo Grande, concelho de Lourinhã”, que em baixo se transcreve:

“ **Assunto:** Desafetação do domínio público municipal para o domínio privado municipal de uma parcela de terreno com a área de 735,00 m², correspondente ao troço do caminho no sítio do Casal Tardete ou Somas, freguesia do Reguengo Grande, concelho de Lourinhã.

CONSIDERANDO QUE:

1. A sociedade Agro-Pecuária do Tardete, Lda é dona e legítima proprietária dos prédios rústicos e urbano inscritos nas respetivas matrizes sob o artºs 49º, 65º/H, 77º/G da Secção H e 2.325º, da freguesia do Reguengo Grande, nos quais desenvolve atividades agro pecuárias, integralmente abrangidas pelo seu objeto estatutário conforme consta das fotocópias das certidões permanentes, em anexo.
2. A empresa é ainda proprietária de mais 4 explorações de suinicultura, as quais se encontram dispersas pelas localidades das Cezaredas e pretende centralizá-las num único local, pelo que deu entrada nesta Câmara de um pedido de alteração e ampliação da agro-pecuária a funcionar no seu prédio urbano supra citado e a cujo Processo foi atribuído o nº 362/2015.
3. No âmbito desse Processo e de modo a viabilizar a sua pretensão, propôs a cedência de uma parcela de terreno com a área de 1.985,00 m², a desanexar do seu prédio rustico inscrito

ATA 01/2016
Reunião Ordinária de 26 de fevereiro de 2016

na respetiva matriz sob o artº 49º, da Secção H, da freguesia do Reguengo Grande, destinada à construção de um novo acesso localizado a norte da sua propriedade.

4. Em troca, o Município de Lourinhã cederia à sociedade requerente, uma parcela de terreno com a área de 735,00 m², correspondente ao troço do caminho público de terra batida que atravessa os prédios da requerente, designadamente a sul do artº 49º/H e a norte do artº 65º/H, o qual se encontra integrado no domínio público rodoviário do Município de Lourinhã e entronca na Estrada das Cezaredas com ligação aos Casais de Vale Paio.

5. O troço do caminho existente de terra batida carece de infra-estruturas adequadas, tem um percurso sinuoso, em que o trânsito faz-se numa faixa de rodagem apenas, com um pavimento em muito mau estado, alaga quando há ocorrência de pluviosidade ficando intransitável devido à impermeabilização dos solos, fatores que estão a originar o seu desuso progressivo e de perder o seu caráter público.

6. O novo troço do caminho que se propõe construir a norte da sua propriedade manteria a ligação entre a Estrada das Cezaredas aos Casais de Vale Paio, seria executado em tout-venante, com um perfil de arruamento mais adequado em linha reta e dimensões regulamentares, com bermas e em que o trânsito se faria em duas faixas de rodagem, resultando num acesso mais fácil e adequado aos confinantes e restante população do concelho.

7. A Câmara, confirma o interesse público na permuta das parcelas citadas, subjacente ao projeto da sociedade de centralizar todas as unidades de exploração agro-pecuária nessa área, uma vez que dará origem a um impacto ambiental menor para a zona e para a população, à qualidade do ambiente e o ordenamento do território, à defesa hígio-sanitária dos efetivos, à salvaguarda da saúde e segurança de pessoas e bens, ao respeito pelas normas do bem-estar animal, num quadro de sustentabilidade e de responsabilidade social, com a criação de mais postos de trabalho e cedência de habitação aos empregados mais carenciados.

Assim, torna-se necessário proceder à desafetação ao domínio público municipal da parcela de terreno à qual foi atribuído o valor de 6.357,75 € pela Comissão de Avaliação de Prédios Municipais, identificada nas plantas que se juntam, as quais se dão por integralmente reproduzidas, assim como o respetivo Relatório de Avaliação.

Nestes termos,

PROPONHO

ATA 01/2016
Reunião Ordinária de 26 de fevereiro de 2016

A fim de se promoverem a sua inscrição na matriz e os registos necessários, que a Assembleia Municipal, em conformidade com a deliberação tomada pela Câmara Municipal em **11/02/2016** e, ao abrigo das disposições conjugadas **do artigo 33º, n.º 1, alínea ccc) e do artigo 25º, n.º 1, alínea q), todos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro** AUTORIZA esta Câmara Municipal a desafetar do Domínio Público Municipal para o Domínio Privado Municipal **a referida parcela de terreno com a área de 735,00 m²**, correspondente ao troço da Rua dos Moinhos, sita no Lugar de Miragaia, União de Freguesias de Miragaia e Marteleira, concelho de Lourinhã (implantada na Planta que se junta e se dá por integralmente reproduzida, identificada a cor amarela), devendo-se para o efeito:

1. Proceder à Publicação e Afixação dos Editais nos locais habituais;
2. E não havendo Reclamações promover as inscrições e alterações correspondentes no cadastro e na Conservatória do Registo Civil, Predial, Comercial e Automóveis de Lourinhã.
3. Efetuar a permuta das parcelas emergentes, devendo a requerente suportar os encargos relativos com os respetivos processos, designadamente com a Escritura ou Contrato, os registos e impostos, bem como com a construção e alargamento dos arruamentos.

Lourinhã, 19 de fevereiro de 2016.

O Presidente da Câmara

(*João Duarte Anastácio de Carvalho*)”

Após uma explanação, por parte do **Sr. Presidente da Câmara**, sobre este assunto, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** tomou a palavra para dizer que os membros que desejassem intervir, poderiam fazer a sua inscrição. Verificaram-se as seguintes inscrições:

INTERVENÇÃO DOS MEMBROS:

José Soeiro:

Referiu que é sabido que por detrás desta matéria está uma concentração de pecuárias na zona das Cesaredas. O proprietário até foi muito simpático e foi à Associação das Cesaredas falar na respetiva concentração de pecuárias e a questão que foi transmitida, na altura, era que, embora fosse ter cerca de 2000 suínos, não estava prevista nenhuma situação de impacto ambiental, pese embora as piscinas estejam quase ligadas a uma linha de água que passa mais abaixo, sendo o declive significativo. Portanto, ao aprovarem uma alteração de percurso é, na prática, dar a entender que as pecuárias já estão todas resolvidas. Eventualmente, também poderá vir o Interesse Municipal da concentração das pecuárias e, se calhar, as alegações que irão apresentar é que o objetivo consiste em não prejudicar tanto os solos das Cesaredas. Isto é um romance! Agora, na sua opinião, a questão dos caminhos

ATA 01/2016
Reunião Ordinária de 26 de fevereiro de 2016

nunca foi muito clara e já na altura não foi, porque, pelos vistos, o caminho que está em causa é um caminho histórico e que, por acaso, passa pela aludida exploração. Mas, para todos os efeitos, trata-se de uma via bastante antiga e a mesma tem alguma proteção. Por outro lado, a alteração de percurso vai, segundo lhe parece, pôr em causa um pedido que existe de umas pessoas que são proprietários de um terreno e pretendem desenvolver uma atividade turística na zona. Portanto, o que pensa logo à partida desta história toda? Por que razão as Juntas de Freguesia não são ouvidas? Por que razão os Srs. Presidentes das Juntas de Freguesia em situações de pedidos de interesse municipal (que ligam diretamente aos seus fregueses) não dão também a sua opinião? É que podem estar a ser enganados e uma informação de alguém (Presidente de Junta de Freguesia) que tem um conhecimento mais próximo é extremamente importante. Neste caso, sem mais informação, pode pensar que este caminho irá ser extremamente útil às pessoas que moram nas Cesaredas e na envolvente, embora esteja mais convencido que o respetivo caminho será muito mais útil ao proprietário da pecuária. Mas, não descuro que poderá ser muito interessante para os outros. Portanto, irá votar contra esta proposta porque, muito sinceramente, acha que não é pelos caminhos que deveriam começar, mas sim pela concentração das pecuárias e depois, de acordo com a concentração das pecuárias, é que analisavam a questão dos caminhos e as alterações que os mesmos poderiam ter.

Ana Caxaria:

Referiu que antes de mais louvam, nesta fase, a iniciativa deste empresário, dado que parece que “está a dar mais do que a receber”, caso se possa dizer desta forma, para já. No entanto, no futuro até poderá haver um proprietário diferente nesta empresa e estas 2 propostas levantam-lhes algumas questões, tais como: ao estarem agora a construir novos acessos não terá como consequência a possibilidade de aumentar a atividade e respetiva produção desta agropecuária? Ou seja, sabem que o projeto atual passa (e muitíssimo bem) por unir numa só as 4 que existem separadamente. Então, imagine-se que futuramente, quem sabe até com outro proprietário, porque o atual proprietário pode um dia querer vender o negócio (como já outros fizeram), o novo proprietário, se tiver capacidade para isso, deseje aumentar a sua capacidade de produção. Açam assim que não estão consideradas essas hipóteses e assim os outros interesses do Planalto. Gostariam, como tal, de ver estas questões esclarecidas e devidamente salvaguardadas e asseguradas. Não o podendo ser já hoje justificam assim o voto de abstenção desta bancada. E já agora podem considerar que o CDS-PP está aqui a dar o seu contributo ao pedido de ajuda que a empresária Maria Matos fez ao dizer que o Planalto

ATA 01/2016
Reunião Ordinária de 26 de fevereiro de 2016

precisa de “nós”. Já que infelizmente, esem que esta bancada consiga compreender, o suposto grupo de trabalho do Planalto das Cesaredas não foi convocado para mais nenhuma reunião de trabalho. Mas, pelo menos na Assembleia Municipal, sempre que se levantarem dúvidas quanto à sustentabilidade do Planalto, esta bancada não irá deixar de as expor.

Presidente da Câmara:

Referiu que a informação que tem dos serviços é a seguinte: o proprietário pretende acabar com as 4 explorações dispersas e juntar tudo numa unidade. Esta situação também terá que ter o parecer da DRAP, pois é esta entidade que licencia estas matérias. Também as descargas, obviamente, são licenciadas e são feitas análises regularmente. Relativamente à pretensão de criar na zona uma unidade turística, desconhece e na Câmara ainda não deu entrada qualquer projeto, embora reconheça que naquela zona se insira bem um espaço turístico, até porque tem uma boa cortina arbórea. A nível sanitário também há cuidados técnicos em relação a este nível.

José Soeiro:

Referiu que, decerto, o Presidente da Câmara concordará com ele (José Soeiro) que seria mais lógico discutirem as coisas em conjunto, nomeadamente, a questão das pecuárias e dos acessos. No entanto, estão a discutir acessos, mas não estão a abordar a situação das pecuárias. A questão é: há implicitamente o beneplácito da Câmara, relativamente ao proprietário (que respeita e não tem nada contra o mesmo) a partir do momento em que viabiliza um acesso que no fundamental só é feito pela concentração das pecuárias. Por outro lado, não faria sentido no futuro estarem a votar qualquer coisa, pondo em causas as pecuárias, quando já tinham sido permitidos os acessos.

O Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** submeteu à votação a **Proposta 06 – “ Afetação ao domínio público municipal de uma parcela de terreno com a área de 1.985,00 m², a desanexar do prédio inscrito na matriz sob o artº 49º, da Secção H, da freguesia do Reguengo Grande, denominado de Somas, para construção de novo acesso pela Sociedade Agro-Pecuária do Tardete, Ld^a”, tendo a mesma sido aprovada, por maioria, com 21 votos a favor, 1 voto contra e 6 votos de abstenção, num universo de 28 presenças.**

O Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** submeteu à votação a **Proposta 07 – “ Desafetação do domínio público municipal para o domínio privado municipal de uma parcela de terreno com a área de 735,00 m², correspondente ao troço do caminho no sítio do Casal Tardete ou Somas, freguesia do Reguengo Grande, concelho de**

ATA 01/2016
Reunião Ordinária de 26 de fevereiro de 2016

Lourinhã”, tendo a mesma sido aprovada, por maioria, com 21 votos a favor, 1 voto contra e 6 votos de abstenção, num universo de 28 presenças.

PONTO X – Para conhecimento - Informação n.º **02/2016**, de 01/02 da **Coordenação Financeira - relativa à ”Posição de compromissos plurianuais, assumidos de 01 a 31 de dezembro de 2015; e de 01 a 31 de janeiro de 2016”**, nos termos da Informação em anexo.

A Assembleia tomou conhecimento.

-----**EXTRA-AGENDA**-----

PONTO XI – Proposta 08 – Discussão e votação da proposta relativa à **”Contratação de um empréstimo a curto prazo, no montante de 900.000,00 €”**, que em baixo se transcreve:

ASSUNTO: - CONTRATAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO A CURTO PRAZO NO MONTANTE DE 900.000,00€.

Considerando que o n.º 1, do artigo 50.º da Lei das Finanças Locais, (Lei nº 73/2013, de 03 de setembro), permite que os municípios possam contrair empréstimos de curto prazo, apenas para ocorrer a dificuldades de tesouraria, e que devem ser amortizados até ao final do exercício económico em que foram contratados;

Considerando ainda que a Câmara Municipal, em sua reunião ordinária de **24/02/2016**, deliberou, por maioria¹, concordar com a contratação de um empréstimo a curto prazo no montante de 900.000,00 €, para ocorrer a dificuldades de tesouraria;

PROPONHO

Que essa Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea f), do n.º 1 e do n.º 4, ambos do artigo 25.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, conjugados com os n.ºs 1 e 5 do artigo 49º e n.º 1 do artigo 50.º da Lei nº 73/2013, de 03 de setembro, aprove a contratação de um empréstimo para a finalidade acima referida, no montante de 900.000,00 €, a liquidar até 31 de dezembro de 2016.

Lourinhã, 26 de fevereiro de 2016.

O Presidente da Câmara

(João Duarte Anastácio de Carvalho)

¹ Os Srs. Vereadores **Hernâni Santos**, **António Gomes** e **Vanda Oliveira** abstiveram-se, dado que a contratação do empréstimo está relacionada diretamente com a Gestão Financeira “Recebimentos vs Pagamentos” que o Executivo em Regime de Permanência aplica ao Município.

Após uma explanação, por parte do **Sr. Presidente da Câmara** e da da **Sr.ª Vereadora Carla Custódio**, sobre este assunto, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** tomou a palavra para dizer que os membros que desejassem intervir, poderiam fazer a sua inscrição.

ATA 01/2016
Reunião Ordinária de 26 de fevereiro de 2016

Verificaram-se as seguintes inscrições:

INTERVENÇÃO DOS MEMBROS:

José Soeiro:

Referiu que a primeira coisa a reverter rapidamente é mesmo a Lei dos Compromissos e podem contar com a sua bancada para isso ser feito. A segunda é aquilo de que falou inicialmente e acha que deveria ser, efetivamente, visto, nomeadamente os impostos que pagam e taxas sobre atividades que não se possui, como por exemplo, pagar audiovisual por semáforos ou por cemitérios. Legalmente considera que é incorreto e incongruente. Agora, anda-se a dizer que são reversões de esquerda. Têm que falar “portuguesmente” porque pelos vistos a literacia aqui às vezes surge de quem menos se espera. O problema que se põe é: continuam a contrair empréstimos porque o Fundo de Apoio Municipal serviu para levar dinheiro das autarquias, mas não serviu para repor. O grande problema é que não se diz as coisas até ao fundo. Portanto, o Fundo de Apoio Municipal nunca teve a participação que consta na lei do governo e, francamente, não sabe por que razão as pessoas, neste espaço, têm medo de dizer. Se foram buscar às autarquias, se criaram a lei dos compromissos e se uma coisa articulava com a outra e na outra existe responsabilidade do governo em pôr lá dinheiro, pergunta: porque não está lá o dinheiro do governo? É por não estar o dinheiro do governo que a coisa não funciona. Não há a 3.^a fase a funcionar e como estavam a sair da crise não se justifica que seja por falta de dinheiro. Aqui a grande questão é o levantamento dos custos financeiros que a Câmara tem de atividades que, efetivamente, não correspondem à natureza do serviço prestado. Portanto, é normal que se pague IVA a 23% pelos autocarros escolares? Isto é normal? Isto é social? Isto é social-democrata? Parece que agora é social-democrata, PPD-PSD, passou a social-democrata, já não é neoliberal. Portanto, se são sociais-democratas onde é que está o social? É bom que aqui, até porque existe uma maioria de pessoas que votam social-democracia do concelho, que assumam as responsabilidades da social-democracia e leiam bem o que têm que ler, para depois não estarem aqui a contestar coisas porque não leram os documentos.

José Monroy:

Referiu que a diferença entre o social do membro José Soeiro e o social do PSD-PPD é que consideram que o Estado, para ser social, tem que ter dinheiro, porque um Estado sem dinheiro não consegue ser social, é essa a grande diferença.

José Soeiro:

ATA 01/2016
Reunião Ordinária de 26 de fevereiro de 2016

Dirigindo-se ao membro José Monroy referiu que o problema do social e do dinheiro do estado social depende de para onde vai o dinheiro e, segundo parece, só o somatório do estado social na banca é bastante significativo, sendo que só um dos bancos (intervencionados) dava para pagar durante 21 anos o que custam todas as freguesias do país.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal submeteu à votação a **Proposta 08 – “Contratação de um empréstimo a curto prazo, no montante de 900.000,00 €”**, tendo a mesma sido aprovada, por maioria, com 19 votos a favor e 9 votos de abstenção, num universo de 28 presenças.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, no uso da palavra, solicitou o voto de confiança, para aprovar a presente ata em minuta. Tendo sido concedido. Os documentos fazem parte integrante da minuta da presente ata.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a reunião quando eram 24,30 horas. Lavrou-se a presente ata que vai ser assinada pelo **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** e por nós que a subscrevemos.

_____ (Presidente da Assembleia Municipal) -----
_____ (1º Secretário) -----
_____ (2º Secretário) -----

ATA 01/2016
Reunião Ordinária de 26 de fevereiro de 2016

